

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL - MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TECNO - AMBIENTAL

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PARADIGMA TERRITORIAL A
PARTIR DO CONCEITO DE ESPAÇO VITAL DE FRIEDRICH RATZEL - 1844
- 1904

Rosmari Terezinha Cazarotto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado - da Universidade de Santa Cruz do Sul para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Dr^a Virgínia Etges
Co-orientador: Dr. Álvaro Heidrich

Santa Cruz do Sul, outubro de 2000.

Enquanto existir, por efeito das leis e dos costumes, uma condenação social que cria artificialmente, em plena civilização, infernos e que confunde com uma fatalidade humana o destino que é divino; enquanto os três problemas do século, a degradação do homem pelo proletariado, a decadência da mulher pela fome, a atrofia da criança pela noite, não forem resolvidas; enquanto que em algumas regiões a asfixia social for possível; em outras palavras, e num ponto de vista ainda mais abrangente, enquanto houver sobre a Terra ignorância e miséria, livros da natureza deste poderão não ser inúteis.

Vitor Hugo, *Os Miseráveis*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 CARACTERÍSTICAS ELEMENTARES DA CONCEPÇÃO HISTÓRICA DA NATUREZA	12
2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PRESSUPOSTOS E ORIGEM DO CONCEITO.....	20
2.1 Desenvolvimento (sustentável) ou Crescimento?.....	22
2.2 Desenvolvimento sustentável: ecossocialismo ou ecocapitalismo?.....	28
3 VELHOS NOVOS PARADIGMAS: O CASO DO ESPAÇO VITAL.....	38
3.1 Novos olhares sobre a obra de Friedrich Ratzel-1844-1904.....	43
3.2 Da Geografia Política a Geopolítica do Espaço Vital.....	50
3.3 O Espaço Vital hoje.....	56
4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA SÓCIO-TERRITORIAL.....	59
4.1 Solo: da dimensão da existência a dimensão do Território.....	64
4.2 A dimensão da verticalidade e da horizontalidade.....	71
4.3 Região e contigüidade territorial.....	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90

AGRADECIMENTOS

Ao professor Valmor Oselame, colega de trabalho e amigo, pela troca de idéias. À professora Virgínia Etges, pela orientação, e ao professor Álvaro Heidrich pela co-orientação.

RESUMO

O debate sobre a possibilidade da região, enquanto espaço vital, apresentar-se como principal sujeito do desenvolvimento sustentável, é o tema central dessa dissertação. Para o desenvolvimento dessa pesquisa bibliográfica foram analisados os pressupostos, bem como, a origem do conceito de desenvolvimento sustentável, o qual parte da discussão sobre a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente. Para tanto, o debate fundamentou-se na questão ambiental, social e territorial. Verificou-se a possibilidade de fazer uma relação entre a concepção de espaço vital – *Lebensraum* de Friedrich Ratzel (1844-1904), com as novas perspectivas paradigmáticas do final do século XX, em termos de território. Como resultado verificou-se duas tendências atuando na correlação de forças em busca do desenvolvimento sustentável: as forças globais, que se movimentam através de redes e, as forças locais que tentam estabelecer relações com os territórios contíguos. Para tanto, constatou-se que a região, na perspectiva do espaço vital, constitui-se como o sujeito do desenvolvimento sustentável, no qual as necessidades da vida apresentam-se como prioridade.

ABSTRACT

The debate about the possibility of the region, while a vital space, to come as main subject of the sustainable development, is the central theme of this dissertation. For the development of this bibliographical research, the presuppositions were analyzed as well as the origin of the concept of sustainable development, which starts from the discussion on the non-sustenance of the model of current development. Thus, the debate was based in the environmental, social and territorial subjects. The possibility of doing a connection between the conception of vital space – *LEBENSRAUM* – by Friedrich Ratzel (1844 - 1904), and the new paradigmatic perspectives of the end of 20th century, in territorial terms, has been verified. As a result, two tendencies were verified acting in the correlation of forces in search of the sustainable development: the global forces moving through nets and the local forces which try to establish relationships with the contiguous territories. Therefore, it was verified that the region, in the perspective of the vital space, is constituted as the subject of the sustainable development, in which life needs come as priority.

INTRODUÇÃO

O pressuposto do desenvolvimento sustentável fundamentado na questão ambiental, social e espacial é o tema central desta dissertação.

A proposta de desenvolvimento sustentável surge enquanto discussão do próprio modelo de desenvolvimento vigente, o qual tem-se mostrado “ecologicamente predatório, socialmente perverso, politicamente injusto” (Guimarães, 1992a, p.57) e, acrescente-se, “espacialmente aniquilador”(Harvey, 1993).

Partindo destas preocupações tratar-se-á da viabilidade do desenvolvimento sustentável, considerando-se que esta proposição passou a ser aceita unanimemente entre os diferentes atores sociais que compõem a sociedade local e global.

Partindo-se da ótica da Geografia, optou-se por uma análise mais concreta e efetiva da realidade, expressa pelo território, enquanto espaço apropriado, a partir do seu uso pela sociedade. Para tanto, partiu-se da análise da evolução da idéia de desenvolvimento sustentável, que emerge da problemática ambiental, e posteriormente agrega a problemática social, e mais recentemente a territorial. No decorrer da pesquisa foram levantados questionamentos sobre o modelo de desenvolvimento vigente, bem como sobre a viabilidade do desenvolvimento sustentável.

Conduziu-se a argumentação de forma a contribuir para a análise da possibilidade de delimitar a concepção de desenvolvimento sustentável a partir do

paradigma territorial, relacionando o conceito de região com o de espaço vital.

Para tanto, considerou-se viável fazer uma conexão entre a compreensão de desenvolvimento sustentável, na perspectiva da região, e a concepção de *Lebensraum*, espaço vital, idealizado por Friedrich Ratzel (1844-1904), levando-se em consideração os contextos de época. Este autor desenvolveu “dois conceitos fundamentais em sua antropogeografia. Trata-se do conceito de território e de espaço vital, ambos com fortes raízes ecológicas” (Corrêa, 1995, p. 18).

Ao resgatar o conceito de espaço vital, percorreu-se um caminho desafiador, onde se tentou desmascarar os preconceitos atribuídos à produção de Ratzel, a partir das distorções conferidas à mesma pela propaganda nazista dos anos 30 e 40 do século XX. Considerando-se as dificuldades de acesso às fontes originais da produção intelectual de Ratzel, utilizaram-se fontes secundárias, porém versões recentes e reveladoras.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, a partir da qual buscou-se em diversos autores, das mais variadas áreas do conhecimento, a fundamentação teórica que sustentasse o pressuposto da insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento. Neste sentido, ênfase maior foi dada a obras do geógrafo Milton Santos e do economista Sérgio Boisier, ambos propositores da argumentação do “novo” sujeito do desenvolvimento sustentável, a região.

Face a abordagem interdisciplinar que o tema requer utilizou-se como aporte metodológico uma orientação sistêmica, a qual fundamenta-se na auto-organização das organizações vivas ou ambientais, amparada num modo de

“pensar em termos de conexidade, de relações e de contexto. De acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um organismo, ou sistema vivo, são prioridades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das interações e das relações entre as partes” (Capra, 1996, p.40)

O homem é resultado e agente transformador da natureza, devido à combinação sistêmica de elementos que constituem o tecido da vida há bilhões de anos. O fato é que o homem, “dotado” de consciência, considerou-se um ser superior entre os demais seres terrestres. Essa concepção levou-o a vislumbrar e profetizar um futuro esplendoroso a

ser construído através da técnica.

Hoje constata-se que o futuro imaginado e gestado, durante os últimos séculos, por uma parcela da humanidade que se “sobressaiu” perante outras parcelas, sustentava uma estratégia de acumulação de riquezas. Por outro lado, não menos que uma contradição do mesmo processo, produziu a fragmentação social, ambiental e, por consequência, espacial.

Desde então, alguns vêm somando riquezas, beneficiando-se da habilidade humana, em detrimento da grande maioria, que se encontra na condição de “excluída”. Isto é resultado do modelo de desenvolvimento, ao qual se atribuiu como verdadeiro o primado do capital e do econômico, negligenciando as necessidades da vida.

Esta premissa básica da modernidade já não atende aos anseios de um desenvolvimento justo para a humanidade e seu habitat, porque ela degenera a capacidade da manutenção da vida na Terra e, por conseguinte, impede o procedimento de um verdadeiro desenvolvimento, comprometido com as gerações presentes e futuras.

Partindo da constatação da dimensão dos problemas ambientais, que já são de ordem global, incluindo a finitude dos recursos naturais, emerge a idéia de desenvolvimento sustentável. Neste contexto surgem vários movimentos com bandeiras ambientalistas. Estes expressam-se na correlação de forças entre duas vertentes: de um lado os comprometidos com a viabilização do atual sistema capitalista e, de outro, os que anseiam por um desenvolvimento comprometido com as questões sociais e ambientais daqueles espaços historicamente excluídos.

Desde as primeiras civilizações sempre houve a necessidade da existência de um determinado território, ou seja, os grupos sociais sempre trabalharam sobre um espaço, qualificando-o, e criando territórios. Através do trabalho social sobre o espaço é que o homem imprime nele suas marcas, qualificando-o como território. A noção de espaço precedeu a noção de território. O primeiro expressa a idéia de superfície terrestre, de espaço abstrato, enquanto o segundo expressa a concepção de um espaço concreto, apropriado por uma comunidade ou Estado. Com esta noção de espaço geográfico, que

tem como premissa a ocupação, entende-se a organização, (re) organização do espaço pelo homem.

Frente à perversidade da globalização, (e entenda-se *mercado*), cada vez mais deterritorializado, entende-se que a premissa básica é buscar um desenvolvimento pautado numa perspectiva sócio-territorial e ambiental. Perspectiva esta que empreende uma iniciativa de desenvolvimento que priorize uma visão sistêmica, com ênfase no território, de maneira que a população sinta-se envolvida em buscar e participar de novas oportunidades locais de desenvolvimento, sem destruir as perspectivas de desenvolvimento das gerações futuras.

O trabalho divide-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo, tratou-se das características elementares da concepção de natureza nos diferentes contextos históricos e sociais.

No segundo capítulo, fez-se uma análise dos pressupostos e origem do conceito de desenvolvimento sustentável. Foram verificadas as possíveis razões que levaram os diferentes atores sociais a consentir com unanimidade a proposta do desenvolvimento sustentável.

No terceiro capítulo, examinou-se o legado de Friedrich Ratzel, em especial a concepção de espaço vital – *Lebensraum* - no contexto social e intelectual do final do século XIX, tentando estabelecer uma ponte com as novas perspectivas paradigmáticas do final do século XX, em termos de território e a visão integradora homem /território. No quarto capítulo, foi tratado do desenvolvimento sustentável na perspectiva sócio/territorial e ambiental. Partiu-se da idéia de alguns autores, como Sérgio Boisier e Milton Santos, que propõem pensar o desenvolvimento a partir do território, porque “o território não exclui ninguém” (Santos, 1999, p. 39). Aí, foram examinadas duas tendências da sustentabilidade: a sustentabilidade para os atores hegemônicos e a sustentabilidade para as comunidades regionais, ou seja, analisou-se a dimensão da verticalidade e a da horizontalidade do processo de desenvolvimento.

Por fim, concluiu-se com a possibilidade da região na perspectiva do espaço vital, tornar-se o principal sujeito do desenvolvimento sustentável.

1 - CARACTERÍSTICAS ELEMENTARES DA CONCEPÇÃO HISTÓRICA DA NATUREZA

Nas últimas décadas o debate em torno da natureza, no contexto de diversas áreas do conhecimento vem se acentuando. Existem muitas preocupações, bem como desafios, presentes entre os que desejam voltar-se a ela. Os problemas ambientais apresentam-se com tamanha gravidade que podem inviabilizar a continuidade da vida no planeta. Nas décadas de 70 e 80, os ambientalistas eram taxados de estagnadores do desenvolvimento e de proponentes de políticas restritivas. Atualmente, em todas as camadas sociais, há os que se dizem defensores da natureza. No entanto, a maior parte deles têm uma visão parcial do problema, pois perderam o contato com a mesma, julgando-se estar sobre ela e não com ela. Existem, também, os que agregam a esta “conscientização” uma possível neutralidade, abrandando, assim, as críticas feitas em relação ao seu discurso e sua prática. Para estes, basta recuperar uma área devastada, proteger uma espécie ameaçada de extinção, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, degradam outras áreas. Esta prática funciona como uma espécie de alívio de consciência, compensando um dano com um reparo. Para outros, a continuidade da vida no planeta dependerá de profundas mudanças da forma como o homem percebe o mundo que o rodeia. Estes, começam a ver que a continuidade da vida do/no planeta fundamenta-se na interdependência de tudo o que existe e, para que esta seja mantida, necessita-se de profundas mudanças na conduta humana.

A ordem dos problemas ambientais é de dimensão ecológica, política, econômica, social e cultural. Pode-se dizer que grande parte do problema reside na ordem cultural.¹ O homem não possui na sua essência apenas o espírito destruidor como

¹ Entende-se cultura como, “conjunto de práticas, comportamentos, ações e instituições pelas quais os

nos ensinou Hobbes. A questão está na visão de mundo que foi criada a partir da formação cultural. Na conduta humana ocidental o “ter” subjugou o “ser”. A natureza passou a ser vista como recurso, como um reservatório de matérias primas à disposição dos homens. O ser humano colocou-se numa posição central diante da natureza, “tudo culmina nele. Nada tem valor intrínseco, nada possui alteridade e sentido sem ele. Todos os seres estão a seu dispor para realizar seus desejos e projetos. São sua propriedade e domínio. Obcecado pelos lucros imediatos, o homem já não vive mais com as criaturas, mas atua sobre elas e contra elas” (Boff, 1999, p. 112).

Neste contexto, vale lembrar que o “homem não tramou o tecido da vida” - parafraseando Seattle² - apenas traçou a conduta humana. Reportando-nos à escala geológica do tempo, percebemos que a história da natureza é muito mais longa que a história do homem. Sendo resultado e agente dela, o homem é fato recente em sua trajetória. Talvez a característica mais marcante, ou que mais diferencia o homem das demais espécies, é que ele precisa construir e organizar o seu habitat, traçando a sua conduta, quer dizer, criando seus valores, sua cultura, seu modo de agir e conduzir a própria história.

Essa diferenciação das demais espécies, aliada à capacidade e à necessidade de organizar, desorganizar e reorganizar o seu habitat, fez com que o homem perdesse, pouco a pouco, a noção de que ele também é parte do tecido da vida. Dessa maneira, existe uma contradição, pois em nome do desejado progresso e do “afastamento” da natureza, ao mesmo tempo em que ele constrói o habitat para melhorar cada vez mais suas condições de vida, ele destrói, degrada o espaço de sustentação da vida atual e também das gerações futuras. A natureza cumpre seu papel de garantir a possibilidade da vida sobre a Terra, mas tem suas exigências para isso. “Ela é pródiga mas também é frágil” (Relatório de Brundtland, 1991, p. 35); dessa maneira, aceita tudo calada, e calada prepara o terreno para as futuras gerações.

Compreender a natureza sob uma ótica sistêmica ainda é muito difícil para grande parcela da humanidade, na medida em que esta acostumou-se a ver e a entender

humanos se relacionam entre si e com a Natureza, e dela se distinguem, agindo sobre ela ou através dela, modificando-a. Este conjunto funda a organização social, sua transformação e sua transmissão de geração em geração” (Chauí, 1997, p. 295)

²A carta escrita pelo cacique Seattle ao presidente dos EUA em 1854, pode ser encontrada em ADAS, Mellem, 1982, p.332.

tudo em partes e numa evolução linear. Mas nem sempre o homem viu a natureza com o mesmo significado. É o contexto histórico e espacial de cada época que determina o tipo de visão que se tem de natureza. Conforme Wittgenstein, *apud* Gonçalves (1993, p. 18) “(...) as palavras como signo que são, procuram dar sentido, isto é, criar significados e, assim, é extremamente relevante que as consideremos na sua historicidade”. Entende-se que os significados, as concepções de um termo não ocorrem num laboratório atemporal e deslocado de um espaço, mas numa temporalidade e num espaço natural e social.

Com relação à concepção de natureza, constata-se que, entre os pré-socráticos (período anterior ao século V a.C), se buscava o entendimento da origem da vida, a natureza (*physis*) era vista como o todo natural e sobrenatural. A concepção de que tudo se relaciona constata-se no pensamento dos filósofos pré - socráticos dentre eles, Tales de Mileto, que afirmou:

“ ‘Tudo está cheio de deuses!’ (...) ‘Tudo está cheio de misteriosas forças vivas; a distinção entre a natureza animada e inanimada não tem fundamento algum; tudo tem uma alma.’ (...) Esta idéia de alma, de forças misteriosas que habitam a *physis*, transforma-a em algo inteligente, empresta-lhe certa espiritualidade, afastando-a do sentido anárquico e caótico (...). Esta idéia de que deus pertence em algum sentido à *physis* é característica de todo o pensamento pré - socrático e continua viva mesmo em Demócrito (...) À *physis* pertence, portanto, um princípio inteligente, que é reconhecido através de suas manifestações e ao qual se emprestam os mais variados nomes: espírito, pensamento, inteligência, logos, etc. A palavra *physis* indica aquilo que por si só brota, se abre, emerge, o desabrochar que surge de si próprio e se manifesta neste desdobramento, pondo-se no manifesto” (Bornheim *apud* Gonçalves, 1993, p. 29-30).

Nota-se, que nesta concepção, a natureza por si só é criativa, dinâmica e inteligente. “Os antigos gregos nos legaram dois ideais que guiaram nossa história: o da inteligibilidade da natureza (...) e o da democracia baseada no pressuposto da liberdade humana, da criatividade e da responsabilidade” (Prigogine, 1996, p. 24).

Para os povos nativos da América, a natureza era vista como algo sagrado, compreendida de forma orgânica. A carta do cacique Seattle ao presidente dos EUA, escrita em 1854, é um documento que revela a concepção de natureza entre os povos nativos, essencialmente ligados à terra e que viam uma relação em tudo. Constata-se que

“ (...) em todas as épocas e lugares, a visão reducionista sempre repugnou os povos mais ligados e dependentes da terra como berço, mãe-nutriz e destino final” (Branco, 1989, p. 3). “Na China e no Japão, “natureza” significa “o que existe por si mesmo” (Prigogine, 1996, p.20).

Constata-se que em determinada época e situação histórica, ou seja, para os pré-socráticos e povos nativos da América, a natureza era vista e entendida como um processo sistêmico e dinâmico, onde cada mineral, rocha, ar, ser vivo e o sobrenatural eram considerados fundamentais para a constituição e preservação do todo existente.

Posteriormente, aos pré - socráticos, abstraiu-se o sobrenatural e o homem torna-se sujeito, o centro do mundo capaz de dirigir o seu próprio universo. “Conhece-te a ti mesmo”. Com essa frase Sócrates “propunha que, antes de querer conhecer a natureza, (...) cada um deveria, primeiro e antes de tudo, conhecer-se a si mesmo” (Chauí, 1997, p.37). Conforme a autora, este período volta-se ao conhecimento do homem, seu espírito e sua capacidade para conhecer a verdade. Os deuses, agora não mais encontram-se entre os homens, mas supervisionam-nos do lado de fora da Terra, como uma imagem perfeita para corrigir o imperfeito.

Durante a Idade Média, a Igreja passou a definir a natureza como sendo uma criação divina. O homem passa a ser o intermediário do criador. A natureza, agora desalmada, pode ser escravizada, e diga-se de passagem que essa concepção esteve presente no clero durante muito tempo. Durante a colonização da América, também os índios e os negros foram colocados no patamar dos desalmados, por isso a Igreja consentiu na sua escravização. O “sem alma” era o mau, o corrupto, desprezível, que deveria ser destruído, a natureza deveria ser castigada. O perfeito era o divino; o revelado e a fonte da revelação era a Bíblia. Nada da natureza servia. A função do homem era voltar-se ao sobrenatural e não à natureza ou à matéria. A idéia de corrupção do mundo e da natureza referia-se ao contágio pelo pecado original, tendo como consequência “a maldição divina lançada sobre a terra, que passaria a dar cardos e abrolhos (...) [por isso] não somente a espécie humana, geme e padece até hoje por culpa do primeiro homem” (Holanda, 1994, p.187).

Segundo Chaui (1997), uma tese ou idéia levantada nesta época era considerada verdadeira se fosse baseada em argumentos tirados da bíblia, de Padres da Igreja, de Aristóteles ou de Platão, apesar de muitos dos escritos dos dois últimos, só terem sido descobertos na renascença. Dentro deste contexto, desenvolve-se, na Europa, a idéia de um Paraíso Terrestre, que haveria de se encontrar em algum lugar do outro lado do oceano, inacessível aos homens, a não ser por vontade divina. Esse Paraíso Terrestre, ou Éden, conforme a Bíblia, imaginava-se como um lugar onde a natureza encontrava-se em seu estado original, numa eterna primavera onde haveria frutos em abundância e o homem sem o pecado original.

“Só com o declinar do mundo medieval é que a idéia de corrupção e degenerescência da Natureza poderá afetar mais vivamente aqueles para quem a salvação eterna se torna, cada vez mais, um ideal longínquo e póstumo. Ao mesmo tempo, irá esbater-se, pouco a pouco, embora teoricamente ainda válida, a crença de que o Céu, um Céu sempre mais distante, cuida de interferir a todo momento nos negócios profanos” (Holanda, 1994, p.188).

Com o avanço do darwinismo nas ciências sociais, com a europeização do mundo em busca de matéria e energia, expressa na Revolução Industrial, a visão a respeito da natureza fragmentou-se, pois ela passou a ser objeto a ser controlado e transformado. Neste contexto, a matéria torna-se prioridade. O caráter utilitarista e prático da natureza destacou-se sobremaneira. Têm valor os recursos que são úteis à “produção de riquezas”. O que é útil e tem um valor de uso passa a ter um valor de troca. Portanto os recursos convertem-se em mercadorias. Nesse contexto, a Natureza, ou agora, recursos naturais, passam ao domínio e ao controle de quem controla o capital, ou seja, a classe dominante.

Durante o século XIX, também surge um importante grupo de filósofos e poetas alemães contrários ao paradigma cartesiano mecanicista, incorporados ao movimento romântico. Entre eles destacam-se Goethe, Immanuel Kant e Alexander von Humboldt. “Os poetas e filósofos românticos alemães retornaram à tradição aristotélica concentrando-se na natureza de forma orgânica” (Capra, 1996, p.35). Segundo o autor referido, Immanuel Kant,

“frequentemente considerado o maior dos filósofos modernos (...) acreditava que a ciência só podia oferecer explicações mecânicas, mas afirmava que em áreas onde tais explicações eram inadequadas, o conhecimento científico precisava ser suplementado considerando-se a natureza como sendo dotada de propósito (...) Argumentou que os organismos vivos, ao contrário das máquinas, são totalidades auto-reprodutoras e auto-organizadoras”(Ibid., p.36).

Noutros termos, onde as explicações mecanicistas da ciência eram ineficientes seria necessário buscar auxílio suplementar, tendo em vista que a natureza dotada de capacidade de auto – organização e auto – reprodução não poderia ser comparada ao funcionamento das máquinas.

No entanto, prevaleceu no final do século XIX e início do século XX, a necessidade de conhecimento científico da natureza, o que fez com que ela passasse a ser dissecada, estudada em suas minúcias, passando a ser vista como recurso, legitimando a visão mecanicista iniciada no século XVII, com o advento da modernidade. O todo passa a ser visto como a soma das partes, formando um “conceito estático e matemático”(Branco, 1989, p.124). “O livro do mundo”, diz Galileu, está escrito com caracteres matemáticos” (Chaui, 1997, p. 47). A máxima de Descartes: “homens senhores e possuidores da natureza”, passa a vigorar como receituário para obtenção do conhecimento, em função de seu caráter prático e utilitário. A partir dessa época, passa a predominar a idéia de conquista científica e técnica de toda a realidade. “À medida que o homem foi se distanciando da terra e liberando-se dessa dependência, ele foi também dando menor importância à manutenção dessas relações terra-planeta-animal-homem” (Branco, 1989, p. 129).

A conduta humana, após Descartes e seus seguidores, teve seu mérito no que diz respeito ao aprofundamento do conhecimento, pois passou-se a enxergar mais adiante, porém em linha reta, onde perdeu-se a visão do entorno, ou do todo.

“As duas teorias básicas da física moderna transcenderam, pois, os principais aspectos da visão de mundo cartesiana e newtoniana. A teoria quântica mostrou que as partículas subatômicas não são grãos isolados de matéria, mas modelos de probabilidade, interconexões, numa inseparável teia cósmica que inclui o observador humano e sua

consciência (...). No nível subatômico, as interrelações e interações entre as partes do todo são mais fundamentais do que as próprias partes” (Capra, 1982, p.86).

O conhecimento das partes, e mesmo das menores partículas atomísticas, (átomo, indivíduo), não deixam de ser necessárias. O que entra em discussão são as conexões, que segundo o autor supramencionado, representam a qualidade, sobrepondo a quantidade nas partes constituintes. Ainda destaca que, para uma visão sistêmica, precisa-se levar em conta a estrutura, ou seja, a organização do objeto ou do lugar e a função, a qual “garante o dinamismo característico do sistema” (Ibid., p.124). Durante um longo espaço de tempo, essa discussão esteve ausente da maioria das pesquisas científicas.

Para atingir uma visão holística, ou ecológica³, faz-se necessário, portanto, perceber a natureza na sua dinâmica integradora. Por outro lado, também deve-se ter o cuidado de não rechaçar as contribuições de Descartes (mecanicistas, atomísticas, reducionistas) que ainda hoje são necessárias. Concorde-se com (Branco, 1989, p.37) quando diz que “(...) a simples aplicação de uma visão holística ao problema também não o explica: apenas o desconsidera”.

Entende-se que a busca de uma visão holística ou ecológica não pode ser vista como uma visão totalizante, mas, sim, visar à articulação entre os três registros ecológicos apresentados por Guattari, (1990): o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana, objetivando, assim, uma visão “ético-política”. Dessa maneira, o todo poderá ser visto como o conjunto das partes interconectadas, resgatando a visão da diferença. O todo “que une sem tornar idêntico o dessemelhante”, nas palavras de Habermas, *apud* Souza (1996, p.10).

Segundo Guattari (1990), faz-se necessário reinventar as relações do sujeito com seu corpo e inconsciente, reconstruir as engrenagens sociais para fazer face aos

³ Capra (1996), diz que o termo holístico difere ligeiramente do ecológico, sendo que o primeiro significa ver o todo funcional e compreender as interdependências das suas partes. Enquanto que o segundo acrescenta-lhe a percepção do encaixe no ambiente natural e social, e ainda está ligado à escola filosófica a ecologia profunda.

destroços do capitalismo, pois muitos territórios estão tão desterritorializados quanto se possa imaginar, com o único objetivo de sustentar a produção de existentes singulares, como é o caso da produção capitalista, que tende a reduzir toda a existência do sujeito à existência do pensamento geral. Nosso futuro não depende apenas da defesa da natureza, mas também de uma política focalizada no destino da humanidade e na solidariedade. Diante deste contexto, os indivíduos deverão tornar-se a um só tempo solidários e cada vez mais diferentes.

Face à constatação da necessidade de repensar a visão da natureza, e da necessidade de mudanças frente à crise ecológica, que é de dimensão política, econômica, social e ambiental, passou-se a questionar o atual modelo de desenvolvimento e a proposição do desafio do desenvolvimento sustentável. A degradação do meio ambiente, a fome e a miséria reinantes no mundo levam-nos a questionar a continuidade da concepção de desenvolvimento vigente e que é hegemônico. Concorde-se com Moser (1983, p.28), ao dizer que “o luxo de alguns poucos converte-se em insultos contra a miséria das grandes massas”. Em nome do “desejado” progresso, a miséria e a pujança convivem lado a lado.

Para Santos (1999), faz-se necessário que se integre à discussão ecológica o homem, a globalização, enfim, entender que nos primeiros milênios a natureza continha a sociedade; hoje é ela quem contém a natureza, cada pedaço de natureza vale pelo seu valor social. Complementa que muitos ecologistas se tornaram naturalistas e não entendem que a história é feita da relação homem/natureza, mediada pelas idéias e pelo meio técnico-científico.

2 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PRESSUPOSTOS E ORIGEM DO CONCEITO

Existem relatos do final do século XIX, e início do século XX, de estudiosos preocupados e dedicados à pesquisa ambiental, com uma visão holística. Entretanto as idéias preponderantes nesta época eram outras. Delimitação dos domínios do conhecimento entre as ciências, e a busca da aplicação prática do conhecimento em favor do homem.⁴

Os resultados perversos dessa ordem mundial começam a dar sinais já no início do século XX, (duas guerras mundiais), mas nas décadas de 60 e 70 agravam-se os problemas. Irrompe o “boom” dos movimentos ambientalistas. Estes, aguçados pelos altos índices de poluição, choque do petróleo, acidentes nucleares, entre outros, multiplicam-se em nível mundial, denunciando os problemas ambientais, porém sem questionar o modelo de desenvolvimento.

Relembrando os dias que antecederam a Conferência Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio/92, a mídia relatava que a palavra chave desta seria a sustentabilidade, tendo como definição do termo, “garantir as necessidades do desenvolvimento sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”.

A partir desta conferência, o conceito de sustentabilidade vem sendo discutido em diversas áreas do conhecimento. Como resposta, temos vários parâmetros para o

⁴ Dentre os estudiosos da época, que tinham uma visão holística, diferente da hegemônica, cita-se Alexander von Humboldt (1769-1859). Conforme o historiador da Ecologia, Acot (1996) Humboldt pode ser classificado entre os mais importantes pesquisadores da ecologia, pois “rejeita o reducionismo e certos excessos das ciências analíticas.” Fora um naturalista e humanista. Capra, (1996) considera-o como um dos maiores pensadores unificados dos séculos XVIII e XIX, que desenvolveu a idéia de planeta vivo, quase resumindo a contemporânea hipótese de Gaia.

entendimento em voga. Vale registrar a notificação de Diegues (1994), de que as idéias precursoras do desenvolvimento sustentável são creditadas a um engenheiro florestal norte-americano, Gifford Pinchot. Primeiro chefe do serviço de florestas do país, no século XIX, ele defendia a conservação dos recursos apoiado em três princípios básicos: uso dos recursos pela geração presente, a prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos cidadãos.

Na década de 70, o conceito de desenvolvimento sustentável recebeu maior atenção dos países centrais. Em 1972, acontece a 1ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, na qual vários chefes de Estado (Clube de Roma) reúnem-se para discutir a questão. Desta conferência sai um documento intitulado “Os Limites do Crescimento”, que alerta para a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais. A maior polêmica desse encontro diz respeito aos proponentes do crescimento zero para os países em desenvolvimento, sendo que estes últimos reivindicavam o direito ao crescimento, a exemplo do que fizeram os países mais “ricos”.

O progresso a qualquer preço começa a ser questionado. Em 1973, surge o conceito de ecodesenvolvimento. Apresentado por Maurice Strong, “visava caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento nas áreas rurais dos países subdesenvolvidos” (Giansanti, 1998, p.10). Conforme o autor, nesta mesma época, o economista Ignacy Sachs estendeu o conceito às áreas urbanas definindo-o com um enfoque de planejamento de estratégias plurais, para adequar crescimento econômico e gestão racional do meio ambiente.

Uma nova discussão de “Os Limites do Crescimento” veio em 1976, na 2ª reunião do Clube de Roma, argumentando-se que antes de limitar os recursos físicos, haverá graves conflitos sociais (convulsões), devido às grandes diferenças sociais entre ricos e pobres. Segundo Mattos (1996), na época, a diferença entre pobres e ricos era respectivamente de 13 para 1, hoje é de 20 para 1. A noção de sustentabilidade nasce nesta reunião, com o objetivo de denunciar a prevista finitude dos recursos naturais e injustiça social.

Em 1987, consolida-se o conceito de desenvolvimento sustentável com o Relatório Brundtland, “Nosso Futuro Comum” o qual serviu de sustentação para a 2ª

Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio/92.

Tomou-se, como premissa, o conceito de sustentabilidade, citado anteriormente, que por sinal, à primeira vista, parece atender aos anseios de todos os que desejam “salvar o planeta”. Porém a maneira de gerenciá-lo, poderia servir como forma de maquiagem os grandes desequilíbrios, vivenciados nas esferas política, social, econômica e ambiental, intrínsecos ao modelo de desenvolvimento vigente.

2.1. Desenvolvimento (sustentável) ou crescimento?

O termo (des)envolvimento parece ser contraditório por si só. Ao desmembrá-lo verifica-se que o prefixo *des* significa separação, ação contrária ou negação, enquanto que *envolver* nos remete ao significado de trazer em si, cercar, cativar. Qualificar o entendimento do termo não é o principal objetivo deste trabalho, porém, acredita-se na sua importância a título de polemizar com a concepção do termo que rege uma idéia praticamente estandardizada pela nossa cultura.

Levando-se em consideração a palavra (des)envolvimento, considerada quanto à extensão de seu significado supramencionado, pode-se dizer que entre os homens a idéia de desenvolvimento, vigente até hoje, começa a ser gestada numa época de conquista dos espaços ocupados, ou de reordenação territorial, tanto na importância para a formação e consolidação das nações, como na conquista do espaço para garantir o suprimento de matéria prima e energia. E, por que não, para garantir um excedente que rendesse aos conquistadores um acúmulo de matéria e energia que lhes permitisse, posteriormente, ampliar sua expansão imperialista.

Vale lembrar que até o final do século XIX “tudo” convergia para a Inglaterra, apesar de existirem hoje muitas afirmações de que neste período existiu um significativo mercado interno em várias regiões fora da Europa. Com relação à hegemonia da Inglaterra, Jevons, apud Kennedy (1991) constatou a interessante visão dos ingleses sobre o espaço mundial nesta época:

“ As planícies da América do Norte e Rússia são nossos campos de trigo; Chicago e Odessa, nossos celeiros; Canadá e o Báltico são nossas florestas de madeiras; a Austrália contém nossas fazendas de carneiros, e na Argentina e nas pradarias ocidentais da América do Norte, estão nossos rebanhos de gado; o Peru nos manda sua prata, e o ouro da África do Sul e Austrália flui para Londres; os indianos e chineses plantam chá para nós e nosso café, açúcar e especiarias estão plantadas por todas as Índias. Espanha e França são nossas vinhas e o mediterrâneo, nosso pomar; e nossos campos de algodão, que por muito tempo ocuparam o sul dos Estados Unidos, estão agora sendo estendidos a toda parte cálida da terra”(p.151).

Importante destacar esta menção. Em primeiro lugar, porque foi a partir deste centro que se gestou a idéia de progresso-desenvolvimento, enquanto industrialização e urbanização. Em segundo lugar, parece que este início de gestão do que seria desenvolvimento está muito ligado a fatores exógenos. Nesta fase de expansão e consolidação do capitalismo mundial, fez-se necessário a conformação de um Estado liberal do ponto de vista político-econômico, para sustentar os interesses daquele, dotando-o das condições necessárias à reprodução da força de trabalho. Cabe salientar que as idéias de teóricos liberais, como Montesquieu, Rosseau e Maquiavel, por exemplo, tinham como objetivo principal promover a ruptura com o regime absolutista e a ascensão da sociedade civil, fortalecendo, assim, o Estado Moderno. No entanto, ao consolidar o Estado sob os ditames liberais, a burguesia constituiu um espaço público e, com o passar do tempo constatou-se a usurpação do Estado em favor dos burgueses, isto é, a burguesia particularizou tal espaço, trabalhando prioritariamente em favor dos seus interesses. Entretanto, desde os seus primórdios “o capitalismo foi (...) um assunto de economia mundial e não de nações/estado (...) o capital nunca permitiu que suas aspirações fossem definidas por fronteiras nacionais em uma economia capitalista mundial” (Wallerstein, *apud* Smith 1996, p.70).

Consolidadas, praticamente todas as nações começam a abrir-se para o mercado mundial; no entanto, poucas são as nações que atraem para si grande parte das benesses. A proposta de crescimento, como estratégia de desenvolvimento, está essencialmente ligada ao desenvolvimento dependente de fatores exógenos.⁵

⁵ Exemplificando, o acúmulo de matéria e energia na Inglaterra, originária dos mais longínquos solos, impulsionou a Revolução Industrial. A partir daí, segundo Singer (1987), a industrialização passou a ser tomada como a forma “normal” de desenvolvimento, assim sendo, a grande maioria dos países não

A idéia de progresso/desenvolvimento está vinculada aos ideais dos séculos XVIII e XIX. “O solo cultural onde a idéia de desenvolvimento se enraíza é, por excelência, a modernidade, que por sua vez é uma cria dessa entidade histórico geográfica chamada Ocidente” (Souza,1996, p. 5). O projeto iluminista gestou a idéia de “compreender o mundo para atuar sobre ele” (Martins, 1993, p.7), através de uma resposta única para todas as perguntas. “A crença no progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional das ordens sociais ideais, sob condições padronizadas de conhecimento e de produção, era particularmente forte” (Harvey, 1993, p. 42). É no contexto da confiança no positivismo, na ciência, na técnica, na indústria e nos grandes arranha-céus urbanos, que a idéia de desenvolvimento se concretiza como modelo único. Leia-se europeização do mundo no período que antecede a Segunda Guerra Mundial, e americanização no período pós-guerra, através da disseminação do *american way of life*.

Desta maneira, desenvolvimento vem preso à idéia de crescimento, aumento quantitativo, bem como a idéia de domínio da natureza e a emergência da modernidade.

Diante desse contexto, para muitos, o conceito de desenvolvimento confunde-se com crescimento, premissa funcional do capitalismo, segundo Souza (1996), e com o aumento de desejos e objetos essencialmente materiais. Referindo-se a características essenciais do modo capitalista de produção, Harvey diz:

“o capitalismo é orientado para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada (...) pouco importam as conseqüências sociais, políticas, geopolíticas e ecológicas (...). A crise é definida, em conseqüência, como falta de crescimento” (1993, p.166).

Em primeiro lugar, deve-se questionar esse conceito de desenvolvimento vigente, que por muitos “tem sido traduzido como a quantidade de riquezas produzidas por um país” (Penteado, 1994, p.33). Esse conceito, que permeia a arte das “boas falas” políticas, dá mais relevância ao crescimento econômico em detrimento da equidade industrializados permaneceriam na condição de “subdesenvolvidos”.

social e ambiental. Constanza (1994), escreve que o crescimento econômico, que é o aumento em quantidade, não pode ser sustentável indefinidamente em planeta finito. “O crescimento, na melhor das hipóteses, é uma condição necessária, mas está longe de ser suficiente ao desenvolvimento” (Layrargues, 1997, p. 7). Atualmente produz-se cada vez mais e em menor tempo, com menos emprego de mão de obra humana. No entanto, ao mesmo tempo que cresce a produção de bens, sem precedentes na história, aumenta também a fome, criam-se bolsões de miséria e a destruição dos espaços de vida. Vive-se num mundo onde todas as sociedades são reféns no seu próprio espaço, reféns de um mito, do progresso e do crescimento ilimitado.

Já está provado que o crescimento econômico não garante o progresso social. O Brasil é um bom exemplo. Em 1994, ocupava a 7º posição quanto ao PIB no *ranking* mundial, enquanto nas condições de vida da população, ocupava o 63º lugar tendo por base Índice de Desenvolvimento Humano - IDH⁶ publicado pelo L’Etat du Monde, em 1996, e o 68º lugar, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD 1996.

Ainda hoje, muitos economistas e políticos alegam que o país deve crescer mais para equacionar os problemas sociais. Embora a ineficácia desse discurso apareça em todos os países, nos últimos anos assistimos a uma

“terceiromundialização do planeta inteiro, diferente do processo inicialmente imaginado. Os problemas da exclusão social, segregação espacial, pobreza endêmica e até da população sem teto, estão atualmente no centro do debate dos países mais industrializados (...). Tudo se passa como se o sistema de produção atual fosse um sistema de produção de riqueza, que se acompanha da reprodução ampliada da pobreza e exclusão social a nível de sociedade e pela degradação ambiental” (Sachs, 1995, p.1-2).

Para Sachs (1995), a finalidade do desenvolvimento é social, por isso deve basear-se em fundamentos éticos para com as gerações presentes e futuras. Ou seja, visa construir a solidariedade entre as gerações atuais e futuras. O desenvolvimento, no contexto atual, não deveria ser chamado como tal, e sim, apenas crescimento

⁶ Para este índice servem de variáveis: a expectativa de vida ao nascer; o nível de instrução, representado pelo índice de alfabetização dos adultos e pela média dos anos de estudo e o PIB *per capita*.

econômico.

Em segundo lugar, vem a instigante pergunta: “sustentar o quê e para quem? A dinâmica do atual modelo de desenvolvimento indica a luta acirrada para sustentar o sistema capitalista para uma elite mundial privilegiada. Será este o principal objetivo da sustentabilidade? Por enquanto o contrário não foi provado, pois, epistemologicamente não houve mudança no conceito e na prática do desenvolvimento. “Na verdade, a [proposta de desenvolvimento sustentável] preocupa-se tão somente em preservar a ideologia hegemônica” (Layrargues,1997, p.10). É de se estranhar a existência de uma certa unanimidade nas diversas camadas sociais em busca de um desenvolvimento sustentável, pois o mesmo requer um sistema contínuo em busca de equilíbrio ecológico, bem como um equilíbrio na distribuição das riquezas. Para Layrargues (1997), no relatório Brundtland, bem como nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável, faltou tocar num ponto central: *o teto de consumo material*, isto é, estabelecer limites, cotas de consumo para os países, haja vista que alguns poucos consomem grande parte do que é produzido no mundo. Destaca que se preferiu usar *o piso de consumo material*, ou seja, garantir as necessidades básicas da população. Dessa maneira, o desequilíbrio do acesso aos recursos materiais seriam mantidos.

Hoje chega ser estarrecedor ver a diminuição gradativa da perspectiva de vida no mundo causada por esse desequilíbrio. Vive-se na “sociedade” do medo. Uns degradam pelo estilo de vida altamente consumista que levam. Já, outros, pela falta de saneamento: água potável, esgoto, lixões a céu aberto; dificuldade de acesso a terra, tendo de ocupar áreas mais frágeis, propensas a desertificação; subnutrição que leva conseqüentemente ao aumento da miséria.

Resumindo, pode-se dizer que a expansão econômica das sociedades requer inevitavelmente uma maior exploração da natureza, também entendida aqui como um desgaste das ilhas de sintropia. Ou seja, o aumento excessivo na demanda de recursos naturais escassos, o intenso uso de matéria-prima e energia fez surgir vários problemas ecológicos de dimensões globais. Vale aqui registrar alguns casos: a escassez anunciada do petróleo e da água potável, a desertificação do solo, a diminuição da biodiversidade, aquecimento global, entre muitos outros, que vistos no seu conjunto evidenciam a

inviabilidade da nossa própria sobrevivência. Sobre esta questão destaca-se que:

“Vinte anos atrás, os limites do crescimento eram somente uma metáfora nos discursos de crítica ao crescimento, mas, hoje (em face da evidência do ônus sobre a biosfera e a esfera abiótica), os limites do crescimento apresentam uma restrição real ao desenvolvimento econômico e social que não pode mais ser ignorada” (Altvater, 1995, p.311).

Entende-se que se o meio ambiente for comprometido ou desgastado, o desenvolvimento centrado no crescimento também será, pois existe uma relação recíproca entre ambos. “As atividades econômicas transformam o meio ambiente, e o ambiente alterado constitui uma restrição externa para o desenvolvimento econômico e social” (Ibid., p.26). A diminuição dos recursos, em termos de matéria e energia, bem como a poluição e a desordem ambiental causadas pelas atividades econômicas, que têm como referencial um modelo particular de desenvolvimento, constituem uma restrição ao desenvolvimento social de cada região. Portanto, faz-se necessário uma mudança de direção. Se “desenvolvimento pressupõe mudança, transformação - e uma transformação positiva desejada ou desejável -” (Souza, 1996, p. 5), talvez seja a hora de reconciliar, de reestabelecer a harmonia entre meio ambiente e desenvolvimento; de restringir a prioridade da expansão econômica em detrimento de uma visão sistêmica na questão das prioridades; de apostar no potencial da capacidade humana e territorial de gerar novos modelos de desenvolvimento; de considerar a qualidade de vida das pessoas, bem como a qualidade ecológica do espaço onde se vive e se convive, como prioridades. A finalidade do desenvolvimento precisa vir ao encontro da vida, e para este propósito será necessário rever conceitos, respeitar a população em geral e as pessoas em particular, garantindo-lhes a qualidade do espaço que lhes dá sustentação: o espaço vital.

Diante desse contexto, não podemos deixar de considerar o esforço que determinadas comunidades vêm desempenhando em desenvolver práticas menos degradadoras de seu meio ambiente⁷, visando a sustentabilidade. Conforme o slogan revolucionário dos anos 60, citado por Harvey (1993, p. 273), “devemos pensar globalmente e agir localmente”. No entanto, globalmente, o modo de produção

⁷ Neste texto, o meio ambiente tem sentido quando envolve o todo existente, inclusive o homem, pois como já dizia no século XIX o geógrafo Élisée Reclus “O homem é a natureza adquirindo consciência de si própria”. Fernandes, Florestan. *Élisée Reclus*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n 49. SP:Ática.1985.

capitalista impera sem precedentes históricos e tem demonstrado que é um sistema “ecologicamente predatório, socialmente perverso, politicamente injusto” (Guimarães, 1992, p. 57) e acrescente-se, espacialmente aniquilador (Harvey, 1993). Concorde-se com a seguinte constatação “tudo o que a sociedade burguesa constrói é para ser posto abaixo (...) tudo é feito para ser desfeito amanhã (...) a fim de que possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e tudo possa seguir adiante, sempre adiante, (...) sob formas cada vez mais lucrativas” (Berman, 1986, p. 97). Esta constatação revela a essência do modelo de desenvolvimento hegemônico, no qual imagina-se que a natureza seja descartável, como são as construções solidificadas e logo postas abaixo pelo seu criador, o homem. E tudo isso num processo contínuo, desconsiderando suas conseqüências.

2.2 Desenvolvimento Sustentável: Ecosocialismo ou ecocapitalismo?

Face a grande crise do sistema capitalista⁸ e do fim do socialismo real como alternativa abriu-se um grande vácuo que precisa ser preenchido com novas estratégias de desenvolvimento. Ora fala-se em alternativas, que não podem ser competitivas com o sistema; Ora fala-se em um novo ajuste do capitalismo. Concorde-se com Boff (1999, p. 107) quando afirma que “ (...) o desenvolvimento não existe em si mesmo. Ele remete a um *modelo de sociedade* que dá a si o tipo de desenvolvimento que deseja”.

Recusando-se a um tipo de mundo indesejado, o mundo moderno, (tecnologias destruidoras, agrotóxicos, estilo de vida, críticas ao capitalismo e ao socialismo real), surgem os movimentos ambientalistas.

Estes consolidaram-se a partir dos movimentos pacifistas, neomalthusianos, marxistas, anarquistas (Verdes), zeristas, fundamentalistas, ecotecnicistas, entre outros.

⁸ Sobre a crise do capitalismo ver Thielen, Helmut. *Além da Modernidade?: para a globalização de uma esperança conscientizada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Neste livro o autor faz uma análise do processo de modernização, pressuposto básico do “real” socialismo e do capitalismo, irmãos odiados. Este, fez sucumbir o “real” socialismo e que o capitalismo estaria no mesmo caminho. A principal ênfase desse declínio refere-se à junção proposta Estado e mercado. Segundo o autor, o declínio da civilização capitalista deverá fazer reascender de baixo das cinzas as brasas de ideais do anarco-comunismo, juntamente com a questão ecológica.

Cada um desses grupos apresenta interesses criados a partir de ideais próprios, sendo que alguns diferem em certos aspectos entre si, os quais serão discutidos no decorrer do trabalho. Entre os diversos movimentos, encontram-se muitas semelhanças e diferenças, o que possibilita a aglutinação em duas vertentes: os ecocapitalistas e os ecossocialistas.

Estas duas velhas/novas tendências partem da mesma proposição: o Desenvolvimento Sustentável. Almejam percursos distintos e, conseqüentemente, realizações diferentes. Constatou-se que:

“O discurso do Desenvolvimento Sustentável ora serve para resgatar a funcionalidade do sistema capitalista, ratificando-o (eco-capitalista); (*sic*), ora para questionar sua estrutura propondo sua substituição (eco-socialista)”(*sic*). Aos eco-capitalistas a expansão econômica é necessária, e pode estar em harmonia com a proteção ambiental. As soluções perpassariam três esferas: aprimoramento tecnológico, controle populacional e ajuda financeira aos países pobres”(Ribeiro, 1993, p.97).

De início, pode-se dizer que de fato, nos últimos anos, aumentaram significativamente, dentro do próprio sistema em que vivemos, as barreiras para os que não respeitam o meio ambiente. Criou-se a ISO (International Organization Standardization) 14.000, certificado conquistado pelas empresas que respeitam algumas normas ambientais, como diminuição do consumo de energia, redução e prevenção de acidentes de trabalho, fabricação de produtos que não agridam o meio ambiente, etc... Este certificado é reconhecido mundialmente.⁹ No Brasil criou-se a lei de crimes ambientais; qualquer novo empreendimento necessita de licenciamento ambiental para sua futura implantação, etc. Tudo indica que essas barreiras são funcionais ao sistema capitalista, pois são reguladas e em certos casos chegam a ser reguladores do próprio sistema, o caso da ISO 14.000. A tomada de tais medidas pode ser melhor do que se nada estivesse sendo feito. No entanto, existem posições diferentes, que precisam ser consideradas, para que não sejamos unânimes em pensar que estas medidas são as únicas que poderão levar a um desenvolvimento sustentável. A unanimidade do discurso por um desenvolvimento sustentável, cria uma expectativa de que todos

⁹ Este certificado de qualidade pode por outro lado, constituir-se numa barreira para muitas empresas que não dispõem de mecanismos para conquistá-lo, limitando sua capacidade de competir no mercado global.

chegarão a um mesmo destino, por caminhos diferentes. Segundo Layrargues, “(...) no momento em que o setor empresarial verde insere-se no movimento ecológico ele ganha toda a credibilidade (...) e promove o estilo de desenvolvimento sustentável como marco teórico defendido por todos os segmentos do ambientalismo” (1997, p.5).

A bandeira ambientalista foi erguida, mas a haste sobre a qual se içou a bandeira poderá estar encravada em solo movediço. Enfim, a tomada de consciência já é uma realidade, já é um começo diante da gravidade dos problemas. No entanto, entende-se que não podemos pensar que este é o único caminho confiável, porque a degradação dos espaços de vida tem aumentado assustadoramente no mundo todo.

As soluções propostas pelos ecocapitalistas, que por seu turno, concorde-se com Herculano (1992), são as mesmas do Relatório de Brundtland¹⁰, sugerem que as soluções perpassariam pelo aprimoramento tecnológico, controle populacional e ajuda financeira aos países pobres pelos países ricos. Registra-se que, quanto à ajuda financeira pelos países ricos, proposta na Carta da Terra, por ocasião da Rio/92, vem diminuindo. Sachs (1995), quando analisa a questão dos financiamentos internacionais sob a ótica dos fluxos de recursos, afirma ser um escândalo o fluxo de recursos do sul para o norte, já que o terceiro mundo perde em termos de troca entre 50 e 60 bilhões de dólares/ano. O autor ainda relata que existe uma perspectiva de cortes drásticos de fluxos do norte para o sul, declarando: “(...) vamos ser sérios: não existe nenhuma vontade do norte para mobilizar o fluxo de recursos para o sul, e não entendo porque o sul se comporta tão bonzinho, discutindo ao invés de xingar.” Quem ajuda a quem nesta história? “Entre 1983-1990 houve um fluxo de capitais dos países pobres para os países ricos da ordem de 450 bilhões de dólares. Isso equivale a dois planos Marshall completos” (Boff, 1998, p. 62).

Quanto ao controle populacional, trata-se de uma questão polêmica. Muitos afirmam que o planeta está no limite da capacidade de suporte, e de que é preciso frear as taxas de natalidade. Adeptos dessa idéia são também os seguidores da corrente da ecologia profunda, argumentando que o desenvolvimento dos ecossistemas requer a

¹⁰ Registra-se alguns pontos positivos do relatório de Brundtland (1991): o desenvolvimento sustentável requer um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório (p. 70). As possibilidades de desenvolvimento são particulares a cada cidade e devem ser avaliadas no âmbito de sua própria região, (p.276) fortalecendo as autoridades locais, a autonomia e o envolvimento dos cidadãos.

diminuição da população humana, o homem não é o centro do ecossistema. O problema é que mesmo em países com crescimento populacional negativo, o contingente de pobres vem aumentando. A chave da questão reside na equidade social e ambiental, ou seja, na distribuição justa dos recursos e da riqueza produzida.

Essa diferença de acesso aos recursos poderia ser minimizada através do investimento em informação, Ciência e Tecnologia endógena, buscando a mais adequada para certas situações. Seria imprescindível que o desenvolvimento do *know-how* se tornasse possível em todos os países ou regiões, pois atualmente ele é determinante para o desenvolvimento, face às grandes mudanças por que estamos passando. Santos (1997), aposta na geração de informação endógena, “(...) a força própria do lugar vêm das ações menos pragmáticas e mais espontâneas, freqüentemente baseadas em objetos tecnicamente menos modernos e que permitem o exercício da criatividade” (p.182). Neste sentido, verifica-se a importância de gerar informação e conhecimento sobre a realidade, bem como sobre as potencialidades locais para posteriormente aplicar a tecnologia mais adequada ao lugar.

Em termos de degradação ambiental, tentar solucionar os problemas através de tecnologias limpas, onde já se tem bons exemplos e resultados, parece ser uma saída muito cômoda e parcial, diante da dimensão do problema. Para muitos, o acesso à tecnologia está muito distante. Ainda no século passado Marx percebeu o poder estratégico da ciência e da tecnologia concentradas nas mãos da burguesia. “Acreditava que somente se fossem arrancadas das mãos da burguesia pelo proletariado, elas poderiam estar a serviço da humanidade e não dos interesses privados dos lucros para os donos dos meios de produção” (Gonçalves, 1993, p.32).

O capitalismo ecológico não se desvincula das profundas amarras aos ideais da essência capitalista, a saber,

“a centralidade é posta na propriedade privada e na supervalorização do indivíduo. A hegemonia na organização das relações sociais está nas mãos dos detentores do capital (os meios de produção, como tecnologia, fábricas, terras, dinheiro), que submetem a si os que apenas vivem da força de trabalho, seja muscular, seja intelectual. O motor do processo produtivo é o lucro, garantido mediante a produtividade e a concorrência” (Boff, 1999, p. 108).

Para os ecocapitalistas a preocupação fundamenta-se em minorar, remediar os efeitos da crise ambiental, social, política e econômica, sem questionar as causas do processo. A manutenção do atual padrão de desenvolvimento poderá significar a destruição também daqueles que o defendem. Outra argumentação apontada pelos ecocapitalistas, segundo Viola (1992), seria de defender a resolução dos problemas ambientais pelas leis de mercado. Essa é a prática dominante, começam a emergir os que vivem da destruição ambiental. “Eles não querem resolver o problema ambiental, eles querem vender a solução ambiental” (Gonçalves, 1989, p. 309). A venda de máscaras - nas cidades onde a atmosfera tornou-se altamente poluída como na China -, fertilizantes químicos, agrotóxicos, são alguns exemplos. Souza (1996), possui uma visão radical quanto à teoria do desenvolvimento, destaca que o ecodesenvolvimento; certas versões do desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento de baixo para cima e o neocepalismo¹¹ (transformação produtiva com equidade), “não possuem como horizonte uma genuína alternativa ao capitalismo, nem à sua premissa funcional - o crescimento” (Ibid., p. 13). Para este autor, capitalismo ecológico é um grande disfarce de algumas correntes que pretendem um novo ajuste do capitalismo. Segundo Layrargues (1997), para esta corrente “o desenvolvimento sustentável assume claramente a postura do projeto ecológico neoliberal, pois, sob o signo de reforma, produz a ilusão de que vivemos em tempos de mudanças” (p.10).

Para muitas mentes desterritorializadas, forçadas a pensar numa cultura geral em detrimento da busca de autonomia de pensamento, na concepção de Guattari (1990), não é fácil entender a complexidade da crise em que nos encontramos. Estão sedentos por mudanças, mas não sabem o que desejam, não aprenderam a desejar. Por isso qualquer reforma, no princípio, sacia seu desejo de mudança, sem entender se serão incluídos ou excluídos através desse ato. Entende-se que o neoliberalismo não se enquadra na perspectiva de retrocesso, mas sim, no saque ilícito de espaços de vida, de matéria e energia, para ostentar a ganância de uma minoria. Distinguir os atores do verdadeiro

¹¹ A CEPAL vê os recursos naturais enquanto bens de capital. “Para a CEPAL, desenvolvimento sustentável é entendido como progresso técnico em um sistema de competitividade internacional do qual o meio ambiente é um meio econômico para assegurar o alcance do objetivo último do desenvolvimento, que passa a ser a pessoa (essa pessoa, todavia, é ela, também capital, “capital humano”) (Herculano, 1992, p. 27).

desenvolvimento sustentável, pode ser um tanto difícil devido a aparente unanimidade dos propositores. Segundo Guimarães (1997, p.23) “não é de se supor que sejam os mesmos que constituem a base social do estilo hoje dominante, os quais têm tudo a perder e muito pouco a ganhar com a transformação do estilo de desenvolvimento”. Argumenta, ainda, que os critérios de eficiência econômica, orientados apenas pelas forças de mercado, não levam à redução de desigualdades sociais e regionais e ao uso racional dos recursos naturais.

“No Brasil, a referência à moldura ecológica da sustentabilidade tem sido até hoje mais retórica que efetiva; o governo é ainda dominado em seu núcleo central por uma visão clássica de desenvolvimento, a qual confere suprema importância, por exemplo, aos ministérios da fazenda, planejamento, transportes e energia, seguindo recomendações tradicionais dos conselheiros econômicos” (Cavalcanti,1997, p.33).

Lembrando as palavras de Milton Santos, de que “o homem deve ser a prioridade, e não as coisas”, entende-se que essa tarefa é árdua, porém imprescindível. Diante da dificuldade de resgatar-se o primado dos interesses sociais coletivos, frente à perversidade da globalização econômica, a pergunta de Ribeiro (1993) é instigante: “O desenvolvimento sustentável seria um mito insustentável do final do século?”

Na esteira do processo de retração da utopia socialista, na medida em que o paradigma socialista entra em crise, aflora o ideário neoliberal juntamente com o ecológico em meados dos anos 70. As esquerdas agarram-se a uma nova bandeira, a ecológica, a qual denominou-se de ecossocialismo.

Inserem-se nesta corrente os marxistas ecológicos, os ecologistas sociais - Verdes -, entre outros (Herculano,1992, p.15). Em 1972, os marxistas-ecológicos publicam o “Manifesto pela Sobrevivência” em Londres, no qual se culpava o consumo extremado, de interesse do industrialismo, como sendo responsável pela degradação ambiental”. As esquerdas marxistas ecológicas introduzem a idéia da luta ecológica como meio de alcançar o fim do capitalismo, e militar por uma política socialista.

Na Alemanha, os Verdes, ou ainda, ecologistas sociais, surgem em 1983, inspirados nos princípios anarquistas, propondo a autogestão, desconcentração, descentralização e autonomia. Criticavam tanto o capitalismo quanto o comunismo. Economicamente sua característica mais marcante refere-se à produção voltada para as necessidades e não para o lucro, sem agressão ao meio ambiente, privilegiando o bem comum em detrimento do enriquecimento individual.

Nota-se que estes movimentos ecológicos estão sintonizados com as questões sociais, atuam no campo político e na militância direta.

No entendimento de alguns autores, a “onda” ecológica veio substituir o sonho socialista, ou seja, a busca de uma nova alternativa de sociedade e visão de mundo, frente ao sistema vigente. Com o enfraquecimento da utopia socialista a humanidade procura uma outra mais nova, a ecológica. Esta foi a constatação dos EUA na ECO/92, que apesar de ter sido o país que mais polêmicas gerou nesse encontro, esta questão não pode deixar de ser considerada. Mattos (1997), afirma que “além de seus alcances utópicos a idéia de desenvolvimento sustentável transformou-se em verdadeira estratégia de sobrevivência, e como tal está sendo percebida em escala que se amplia incessantemente” (p.123).

Utopia¹² ou não, grande parte da humanidade, em especial os que estão excluídos das benesses do capitalismo, anseiam por um modelo de desenvolvimento diferente do que está posto como hegemônico. O sistema capitalista em diversas partes do mundo, mostrou-se criador de condições miseráveis, transformando rapidamente as características locais e regionais.

Segundo Conçalves (1993), são transformações decorrentes, num primeiro plano, da ampliação dos domínios territoriais, seguido das vantagens comparativas, privilegiando escalas outras que não a local ou a regional. Assim, dos solos dos países colonizados, retirou-se muitos sais minerais e energia em forma de alimentos, e matéria prima para os países centrais, em detrimento da produção de alimentos para os povos

¹² Conforme o poema de Eduardo Galeano nossa utopia está no horizonte, e ela nos faz caminhar. “Ela está no horizonte. Me aproximo dois passos, e ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte caminha dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar”.

nativos daqueles.

Resgatar a dignidade humana como centro dos interesses faz parte da vertente ecossocialista. Para esses, “a noção de desenvolvimento sustentável na verdade significa uma nova ética do comportamento humano e a recuperação do primado dos interesses sociais e coletivos” (Herculano, 1992, p. 27).

Depois do exposto, fica claro que entre os ecossocialistas encontram-se muitos argumentos que denunciam as “causas da degradação ambiental e da pobreza como sendo conseqüências do modo de produção capitalista” (Ribeiro, 1993, p.98). No entanto os ecocapitalistas justificam a degradação ambiental como causa da pobreza.

A questão vai além da simples busca dos culpados pela degradação ambiental. Aliás, a degradação ambiental ocorreu também nos países do socialismo real, que atualmente cedeu espaço para a economia de mercado. O socialismo real, também fundamentava-se no pressuposto do crescimento econômico diferenciando-se do capitalismo quanto a uma melhor distribuição “possível” do crescimento econômico produzido por todos. A forma de gestão ao qual foi submetido, (principalmente com Stálin), centralização da economia, da gestão, do poder, ditadura (não do proletariado, mas do chefe de governo), provocaram uma ruína tanto quanto o capitalismo. Segundo o historiador húngaro François Fetö: “o stalinismo fez contra o socialismo o que nenhum regime de direita conseguiu fazer” (Brener, 1990, p. 4)

Conforme Boff (1999), o Estado socialista foi beneficente mas parcamente participativo. Socializou as benesses do crescimento mas não do poder. Tanto o modelo de sociedade capitalista como o socialista romperam com a Terra e produziram um desenvolvimento calcado na massificação, autoritarismo, falta de participação e criatividade dos cidadãos. Alguns cientistas sociais argumentam que a crise está enraizada nos princípios da modernidade, os quais nortearam o “real” socialismo e o capitalismo. Por isso que Thielen (1998), os considerou irmãos inimigos. Para ele, o “real” socialismo nunca foi socialista, e a atual fase do capitalismo apresenta-se totalitarista, concentradora de riquezas e promotora da exclusão humana. Os dois sistemas “tinham/têm” como principal objetivo o poder centralizado, e em especial no

Estado. Alguns acreditam que a atual perversidade do capitalismo causará a sua própria ruína. “O capitalismo revela-se incapaz de estabelecer uma resposta globalmente integradora e estável e o neoliberalismo agrava ainda mais a situação tornando-se uma espécie de suicídio para o próprio sistema”(Vizentini,1998, p.214).

A história do homem é ainda muito recente diante da escala do tempo geológico. Não se trata de resgatar o socialismo real mas, sim, de ver a possibilidade de construirmos um mundo melhor, mais justo para todos, partindo da compreensão de que temos um destino comum.

Resumindo, a posição dos ecossocialistas significa antes de mais nada, recuperar os interesses sociais e coletivos, agregando-os aos interesses do destino comum da humanidade e do planeta. Para tanto, conclama-se o resgate de princípios, como da solidariedade (com os pobres, com os povos e com as gerações futuras); da diversidade¹³ (cultural e biológica); da igualdade (de condições); da liberdade (para expressar as virtudes¹⁴); da participação (nas decisões políticas); e ainda, a religação do ser humano com o sentimento profundo da criação.

A proposição do novo ainda não realizado remete-nos a princípios, sonhos, concepções, e ao resgate dos utopistas. Utopias remontam a épocas muito anteriores às grandes navegações; o interesse e mesmo o sonho por um lugar ideal, ou um espaço ideal, ocupou a mente de muitos escritores. A fantasia poética serviu como “ponto de partida para as utopias renascentistas, de que fora do Velho Continente e de seus vícios, ainda se poderia encontrar ou edificar uma nova sociedade e sem mácula” (Holanda, 1994, p.196). Talvez o “sonho” mais conhecido seja a cidade idealizada (utópica) por Morus, um lugar de perfeita harmonia. Segundo Gandillac (1995), Campanella escreveu em 1602 sua *A Cidade do Sol* e foi publicada em 1623. Bacon, escreveu em 1622 sua *Nova Atlântica*, publicada em 1627. Afirma ainda que sempre haverá lugar, e não só no universo infantil, para as viagens imaginárias numa busca onírica ou pedagógica de uma outra humanidade. Como disse Capel: “Quem sabe seja certo de que na possibilidade de poder imaginar projetos utópicos para o futuro esteja a raiz da garantia de nossa

¹³ Nietzsche chamou de moral de escravos toda a moral que afirma que os humanos são iguais, seja por serem racionais, irmãos, ou por possuírem os mesmos direitos. Chauí (1997).

¹⁴ Conforme Chauí (1997, p. 350), virtude é a força para ser e agir autonomamente.

sobrevivência” (p.63).

A partir de várias leituras feitas, constatou-se que na virada do século XX, existia um profundo interesse pela geografia política. Entre alguns de seus expoentes teóricos aparecem: Halford Mackinder, Rudolf Kjéllen, “autor da teoria organicista do Estado” (Miyamoto, 1995, p.26) e Friedrich Ratzel, o qual atribuiu caráter político à geografia, com a idealização do *lebensraum*, espaço vital. No próximo capítulo tentar-se-á, pois, fazer uma conexão entre a compreensão de desenvolvimento sustentável e a concepção de espaço vital, levando em consideração os contextos de época.

3 - VELHOS NOVOS PARADIGMAS: O CASO DO ESPAÇO VITAL

Foi no contexto da elaboração da obra Antropogeografia e de uma de suas subdivisões, a Geografia Política, que Friedrich Ratzel introduziu a noção de território e

desenvolveu a concepção de espaço vital.

Associa-se o conceito de espaço vital ao geógrafo Friedrich Ratzel no período de organização e consolidação do Estado Alemão. Porém “Goethe (...) empregara o termo *Der Lebensraum* (espaço vital) (...) muito antes que esse viesse ao mundo” (Martins, 1993, p.55). Para este trabalho, não interessa entrar nessa discussão, mas, sim, tentar entender o conceito de espaço vital criado por Ratzel, que tem na sua essência, a máxima de que o espaço com seus recursos naturais seria o promotor do desenvolvimento.

Buscou-se entre alguns autores o conceito de espaço vital em Ratzel.

- “Espaço vital representa uma relação entre recursos de uma dada área e uma sociedade que o habita. É o espaço no qual o indivíduo ou um grupo de indivíduos se movimenta ao longo de sua vida ou durante um período determinado, constituindo uma área necessária à sua reprodução e, portanto, um território que deve ser defendido contra eventuais invasores” (Machado, 1997, p.24).

- “área geográfica onde se desenvolvem os organismos vivos (...) cenário de luta ou competição entre Estados ou sociedades que propugnavam por ampliar sua esfera territorial” (Capel, s/d, p.56).

- “Este representaria uma porção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, assim, suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais” (Moraes, 1995, p.56).

- Referindo-se ao conceito de espaço vital em Ratzel, Martins (1993, p.46) constatou que na relação entre o homem e o meio ambiente existem “fatores estimulantes e inibidores. O homem teria, assim, um duplo posicionamento: ativo, na medida que transforma, através de seu trabalho, a superfície terrestre; e passivo, na sua dependência das condições naturais, que seu espaço vital (*lebensraum*) lhe impõe.”

- Nas palavras de Ratzel, “ Um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número mas ainda assim manter o território no qual se encontram seus recursos; mas se começa a perder uma parte do território, esse é sem dúvida o princípio de sua decadência futura” (Moraes, 1990, p. 74).

Diante do exposto, considera-se que a proposição do conceito de espaço vital desenvolveu-se no âmbito histórico da consolidação das atuais territorialidades instituídas - Estado/nação, que teve na sua origem a premissa da delimitação e apropriação do espaço por uma coletividade. A apropriação do espaço pelo homem deu-se pela necessidade de domínio sobre os recursos naturais para manter sua sobrevivência, ou seja, a reprodução social. Também inerente à premissa da apropriação territorial estava a divisão territorial do trabalho (campo-cidade) e a produção de excedentes. A defesa do território pelos membros da coletividade ou exércitos instituídos está diretamente ligada à configuração do espaço como território.

Assim, pode-se entender o espaço vital como o espaço de vida, da territorialidade instituída, onde se encontram as condições essenciais da vida, como matéria e energia. Por seu turno, esse espaço deve ser defendido pelos membros da coletividade, visando proporcionar as condições de existência de todas as formas de vida, nas gerações presentes e futuras. Constata-se ainda que na concepção de espaço vital, em Ratzel, aparece com muito mais ênfase a idéia de defesa do território do que a idéia de ampliar ou expandir o mesmo.

Partindo-se das territorialidades consolidadas no século passado, expressas no Estado-nação, e considerando-se o segundo princípio da termodinâmica¹⁵, percebe-se que existe um intercâmbio desigual entre as territorialidades instituídas. Esta, por sua vez, mostra-se insustentável pelo princípio da entropia¹⁶. Vale registrar que o princípio da entropia aplica-se à energia e à matéria, pois “não se pode nunca lidar com energia sem um receptor material, sem uma alavanca ou sem um transmissor material”, constata

¹⁵ “trata do *uso da energia*, da sua disponibilidade de realizar trabalho e da sua tendência na natureza, a encaminhar-se para formas degradadas, inúteis, não mais utilizáveis” (Tiezzi, 1988, p.23)

¹⁶ visão reformulada do segundo princípio da termodinâmica. Tudo caminha da ordem para a desordem. “O máximo da entropia corresponde ao estado de equilíbrio de um sistema, é um estado em que a energia está completamente degradada e não mais pode fornecer trabalho” (Tiezzi, 1988, p.24)

Cleveland, (1997, p.139).

O “sistema Terra” recebe energia de sua única fonte externa, o Sol. A energia solar é de baixa qualidade, a onda que chega a Terra é de baixa qualidade. Isso não implica na sua importância, pois a energia de qualidade encontra-se incorporada na matéria proporcionada pela transformidade medida pelo tempo, isto é, a transformação da matéria desde o Sol. Constatou-se que “a Lei da Entropia na sua presente forma afirma que a matéria também está sujeita a uma dissipação irrevogável” (Ibid., p.140). É o caso, por exemplo, de um “depósito” de minério, de petróleo, de madeira, etc... A transformação desta matéria desde o Sol, levou muito tempo para chegar a um estágio de qualidade, ou a uma sintropia. A desordem provocada pelo homem é rápida, levando à finitude de determinadas reservas. Sabe-se hoje que muitos materiais não podem ser reciclados sempre, após cada uso. Entretanto, o homem acostumou-se a usar os depósitos de alta qualidade, que levaram milhares, e até milhões de anos para se formar desde o Sol. Se o processo de desenvolvimento continuar como está, num futuro próximo, a humanidade poderá deparar-se apenas com depósitos de baixa qualidade, tendo, por isso, de reduzir drasticamente o seu ritmo de produção de bens, ou buscar através de conflitos o que resta dos depósitos de alta qualidade.

Conforme o princípio da entropia, todo sistema fechado direciona-se à morte térmica. Tomando-se como escala de análise o planeta Terra, um sistema fechado, e tendo como entrada a energia solar, (esta de baixa qualidade), constata-se que os recursos em termos de matéria e energia foram concentrando-se (sintropia) em todas as partes do planeta de forma heterogênea. Ou seja, em determinados lugares pode-se verificar a ausência de minérios encontrados em outras partes, por exemplo.

Já, tomando-se como referência os Estados-nações instituídos, e considerando-os como um sistema fechado, percebe-se que eles necessitam de fluxos de entrada e saída de matéria e energia. Entretanto, se o índice de crescimento/desenvolvimento de um país for elevado, tal desenvolvimento será altamente entrópico.

Diante deste contexto, o modelo de desenvolvimento dos países do Norte é insustentável, não só no contexto de seus territórios, mas no contexto planetário.

Esgotaram muito de seus recursos e também os dos países do Sul, em nome de um modelo de desenvolvimento para poucos, porque, partindo-se da análise da entropia é impossível estender este modelo a todas as nações.

Martínez-Alier (1997) faz uma análise justa sobre a dívida ecológica dos países europeus com várias partes do planeta, apoiado na ecologia política. Afirmando que:

“(...) nós, europeus, nada pagamos pelo espaço ambiental que estamos usando efetivamente para nos desfazer de nossas emissões de CO₂. Neste caso, agimos como se possuísemos uma considerável fatia do planeta fora da Europa (...) [a] Holanda (...) absorve um espaço ambiental aproximadamente 15 vezes maior que o seu próprio território (...) A ocupação de um espaço ambiental maior do que o próprio território dá origem a uma dívida ecológica (...) Se o aumento da riqueza implica (...) uma maior utilização de recursos naturais subvalorizados de outros territórios, com o aumento da produção de lixo, ocorrerá uma progressiva dívida ecológica” (p.216).

O autor faz uma análise dos efeitos da poluição, porém cabe, dentro desse raciocínio, a dívida do “intercâmbio desigual” no que se refere à energia e matéria retiradas do solo de outros territórios.

Pensar o desenvolvimento a partir da valorização do espaço vital, no qual o espaço passa a ter um uso adequado às necessidades da sociedade que o qualifica a partir do uso que dele faz, parece-nos uma saída diante da crise planetária. Não num sentido xenófobo mas, sim, de solidariedade. Significa gerenciar a natureza incorporando a sociedade de forma conjunta, participativa.

Verificou-se, no decorrer do trabalho, que vivemos uma crise que é de dimensão ambiental, política, econômica e social. Juntamo-nos a Gonçalves para dizer que estamos imersos numa tensão de territorialidades, ou numa “crise das territorialidades instituídas e dos seus sujeitos instituintes” (Gonçalves, 1993, p. 43).

As inovações nos meios de transportes, comunicação e informática, proporcionaram um grande avanço no controle e na possibilidade de ampliar a concentração de riquezas, produzidas pela natureza ou as transformadas pelo homem.

O gestor dessa nova ordem é o mercado por excelência. Neste contexto, assiste-se a um verdadeiro desprezo pelo território. Grande parte da riqueza converteu-se em capital fictício (financeiro), o qual, não tem “morada certa” e está totalmente deslocado da base produtiva, num patamar acima da superfície terrestre, vive às custas de “revoadas” buscando um porto seguro, às vezes incerto, a cada dia, via *on line*.

Gonçalves (1993) constatou que em 1992 a Bolsa de Valores de Londres movimentava por dia o PIB brasileiro, e no mundo a movimentação era de 19 vezes o PIB mundial. Na base produtiva também intensificou-se a desconsideração pelo território, promovida pelas corporações internacionais. Essas desconsideram os espaços de vida, os interesses coletivos nas territorialidades constituídas, mas prezam por “ilhas” de interesse, em qualquer parte do planeta.

Diante do exposto, Milton Santos já advertia ao afirmar que o espaço é a morada do homem, mas pode também ser sua prisão. Muitos governos e sociedades podem tornar-se prisioneiros, reféns do capital no espaço em que vivem. A economia de guerra decreta a falência do Estado, e o Estado, por seu turno, se vê debilitado para lutar contra as forças externas e internas alavancadas pelo capital.

Motivou-se trazer a discussão do espaço vital para este contexto, devido à sua relevância na atualidade, considerando-se que as relações entre sociedade, espaço e meio ambiente, e territorialidades instituídas, precisam ser revistas.

3.1 Novos olhares sobre a obra de Friedrich Ratzel - 1844-1904

Deparamo-nos diante de uma crise de paradigmas. As certezas preconizadas no final do século XIX são as incertezas do final deste século XX. Diante do exposto, considera-se relevante resgatar um pouco da historicidade da Geografia, sem a pretensão de buscar verdades definitivas. Esta etapa do trabalho versará sobre o geógrafo Friedrich

Ratzel e o contexto epistemológico de sua época, em que evidencia temas como a visão hologeica (sistêmica), o espaço vital e o território

Na “comunidade científica,” e até mesmo entre os geógrafos, não existe um consenso a respeito das conceituações de Ratzel. Por isso considera-se o presente trabalho um desafio. Para esta finalidade, usou-se como referencial teórico a coletânea de textos de Ratzel traduzidos por Antônio Carlos Robert Moraes¹⁷, a dissertação de mestrado de Luciana Martins e a tese de doutorado de Marcos B. de Carvalho. Optou-se pela ênfase na obra de Marcos B. de Carvalho, por seu posicionamento de suprimir certos preconceitos sobre a obra de Ratzel.

Na bibliografia convencional, as atribuições a Ratzel, um dos principais fundadores da Geografia Moderna, referem-se a uma Geografia empírica, (pautada pela observação e descrição), determinista, positivista, enfim, as características epistemológicas gerais das ciências no final do século passado, e mais, de ser um idealizador das idéias nazistas. No entanto, concorda-se com Martins (1993, p. 5), quando diz que “os clichês imputados ao geógrafo revelam, mas também velam.”

Grande parte do legado ratzeliano decorre das idéias de seus discípulos e seguidores, que difundiram sua teoria agregando fatores outros que não os originários de Ratzel. Entre eles estão Ellem Semple e Elsworth Huntington, os quais defendiam a idéia de que os fatores ambientais (relevo e clima) justificavam as religiões e o desenvolvimento, respectivamente. Kjelen, Mackinder e Haushofen partiram da Geografia Política ratzeliana e criaram a Geopolítica. Será através desses seguidores que Ratzel se tornará conhecido, pois, apesar de ter deixado um grande legado pouco se conhece de suas obras originais.

Nos últimos anos vem crescendo o número de cientistas sociais dedicados a rever as fontes primárias dos trabalhos de Ratzel, na tentativa de desmistificar argumentos originários de fontes secundárias. Conforme Martins (1993), desde sua infância Ratzel demonstrou muito interesse pela busca do conhecimento. Nasceu em Karlsruhe em 1844. Até os 15 anos viveu com seus pais, família da pequena burguesia

¹⁷ Apesar do esforço em traduzir os textos de Ratzel, Moraes reforça os preconceitos a ele atribuídos. Ver p. 13 de sua obra, Ratzel. São Paulo: Ática, 1990. 199 p.

local - seu pai era mordomo de um grão-duque de Baden. Na infância soube usufruir da biblioteca e do parque que havia no palácio, para realizar suas leituras, observações e reflexões. No início de sua carreira foi farmacêutico e nas horas de “folga” lia muito e estudava latim e grego. Contrariando seus pais, ingressou na carreira científica, tornando-se zoólogo, naturalista, etnógrafo, jornalista, historiador e geógrafo. Pesquisou as diferenças culturais entre os povos da Europa e, mais tarde, tornou-se redator do *Jornal de Colônia*. Muitas vezes Ratzel vendia seus textos para prosseguir com suas viagens de estudo. Em 1870 alistou-se como voluntário na guerra Franco-prussiana e foi ferido durante o combate, ficando surdo de um ouvido. Afastou-se do campo de batalha e deu continuidade às suas viagens de pesquisa. Entre as mais longas, cita-se a viagem aos EUA, México e Cuba, em 1873, que durou 2 anos. Sua investigação e produção intelectual geraram de 1878 até sua morte cerca de 1.240 trabalhos, incluindo 16 livros. Neste período, a Geografia consolida-se como ciência. O primeiro livro de Ratzel “ O ser e o tornar-se do mundo orgânico: Uma história popular da criação” é editado na época do “boom” darwinista e concomitante à publicação de um dos mais expressivos livros de Haeckel. Esse primeiro livro teve pouca repercussão, pois todas as atenções voltavam-se ao evolucionismo. A partir de então, cada ciência trabalhava na tentativa de encaixar-se nesta teoria. Ratzel, que fora aluno de Haeckel e convivia com alguns pensadores desta corrente, aderiu às idéias naturalistas, trazendo para a Geografia a concepção de Estado como organismo complexo.

Mais tarde, segundo Carvalho (1998), sua visão de geógrafo o levou a abandonar as teses darwinistas, de evolução biológica e a introduzir a idéia de “evolução espacial”, a partir da qual formula sua teoria difusionista. Criticava os evolucionistas “quanto à questão da previsibilidade e linearidade dos processos evolutivos (...) de progresso inexorável e criador de situações que são sempre de superioridade” (Ibid., p. 86). A teoria ratzeliana apresenta um vastíssimo campo de conhecimento, que serviu de apoio a diversos pensadores, como Malinowski¹⁸ na Antropologia, e Durkheim¹⁹ na Sociologia. Segundo Carvalho (1998), o difusionismo foi o instrumento teórico para a execução do estudo comparativo das raças, baseado na idéia de que existiram lugares onde as civilizações se originaram, e a partir desses centros houve a dispersão, não precisamente

¹⁸ Malinowski incluiu Ratzel entre os pensadores que poderiam ser considerados precursores do estudo comparativo das culturas, enaltece sua contribuição para a teoria da difusão. Para maiores contribuições ver Carvalho, (1998).

¹⁹ Segundo Carvalho (1998) Durkheim elogia Ratzel quanto as críticas feitas aos sociólogos que negligenciam o território na escala dos fenômenos sociais. Porém, critica o determinismo geográfico de Ratzel.

de forma linear. A evolução era consequência da migração para novos habitats, e que as pessoas e suas idéias mudavam quando se dispersavam.

Constata-se que também é contemporâneo de Ratzel o nascimento das ciências sociais, e dentro das universidades a premissa básica era de que cada ciência delimitasse o seu domínio de conhecimento. Ratzel, que já tentava superar o cartesianismo, foi desconsiderado por muitos. “O pensador alemão metabolizou tal atmosfera [a atmosfera científica do final do século XIX] de maneira singular ao sugerir um caminho para o conjunto das ciências sociais, num momento em que o tratamento de conjunto estava fadado ao insucesso”(Carvalho, 1998, p.54). Conforme o autor mencionado, essa tentativa de superação epistemológica é a mesma apresentada por Edgar Morin e Ilya Prigogine, dentre outros de nossa época. Hoje, usa-se a expressão holismo, orgânico, sistêmico. Ratzel criou a expressão *hologeica*, a qual tem o mesmo sentido.

O nascimento das ciências sociais e a fragmentação do conhecimento são marcas do final do século XIX. A luta pela delimitação dos territórios do conhecimento era uma constante. Conforme nos lembra Carvalho (1998), Edgar Morin constatou a contraditoriedade existente nas idéias estabelecidas no século XIX. De um lado as idéias evolucionistas, de progresso inexorável, e de outro o surgimento do segundo princípio da termodinâmica, da degradação entrópica: “os físicos ensinavam ao mundo um princípio de desordem (...) que tendia a arruinar qualquer coisa organizada; (...) os historiadores e os biólogos (Darwin) ensinavam ao mundo que havia um princípio de progressão das coisas organizadas (...) o mundo físico tende aparentemente para a decadência e o mundo biológico tende para o progresso” (Morin, *apud* carvalho, 1998, p. 267). É nesta atmosfera que Ratzel desenvolve sua Antropogeografia.

Friedrich Ratzel postulava a idéia de uma ciência com referência de totalidade: a *Biogeografia*. Esta visava entender as conexões dos sistemas do Complexo Terra, pretendia um entendimento sistêmico que englobasse todo o planeta. Como ramo da Biogeografia, Ratzel criou a *Antropogeografia*, cuja preocupação relacionava-se aos componentes físico-geográficos e histórico-antropológicos da difusão do homem sobre a Terra. O autor recusava a autonomia da Antropogeografia como disciplina para evitar uma visão fragmentada do conhecimento. Sua concepção de natureza vinculava o

espaço natural e o homem, como se este fosse a natureza tomando consciência de si mesma. Esse fato de trazer o homem para o patamar das discussões ecológicas não significa que o tenha priorizado, como de certa forma fizeram alguns precursores da *Ecologia Humana*. Ratzel dizia que a geografia é por essência ecológica, porém a sua ecologia diferenciava-se da de Haeckel por agregar as dinâmicas humanas a esta dimensão. O seu raciocínio “abraçador de toda a Terra” ou sua concepção hologeica diferia em certos aspectos quanto a Ecologia Geral e a Geografia Humana da época, pois a Ecologia Geral de Haeckel era mais restrita à fauna e à flora, e a Geografia Humana enfocava mais o ambiente dos homens. Ratzel parte de uma “visão integradora dos campos da complexidade: natural e cultural, (Ibid., p. 249) entendendo a cultura como “emancipação da natureza” (Ibid. p. 85). Nas palavras de Ratzel, “a humanidade constitui um todo, por mais diversificado que ela seja em suas manifestações” (Ibid.)

Criticava a perspectiva fragmentadora que estava consolidando-se no conhecimento. Acreditava que não era possível separar o que era inseparável. Ao participar das discussões com cientistas das ciências que estavam surgindo, questionava e manifestava-se contrário à criação das fronteiras entre as áreas do conhecimento. Essa visão diferenciava da idéia hegemônica da época, que era a de delimitar o objeto de estudo de cada ciência para consolidá-la como tal. Contrariando esta visão, Ratzel entendia que as ciências deviam estar imbuídas de uma visão hologeica, sem muros entre elas, dizendo:

“Se é verdade que a geografia investiga os mesmos fenômenos que são estudados também por outras ciências, todavia seu método se distingue por causa de sua tendência natural a ultrapassar seus próprios muros, realizando uma observação que eu denominarei de hologeica, ou seja, abraçadora de toda a Terra” (Carvalho, 1998, p.79).

No tocante às conexões dos assuntos geográficos em relação às demais ciências, manifestava-se favorável a consideração do território pelas demais ciências, em suas teorias, pois o território é a base, o palco onde os acontecimentos ocorrem. Entre as ciências dedicadas à investigação dos processos humanos, via que somente a Filosofia da História tinha consideração com o território, sobre o qual os fatos têm se

desenvolvido. Criticava a teoria sociológica, por conceber o homem como desvinculado da Terra, não reconhecendo a importância de agregar o território em sua área de conhecimento. Disse ele,

“Se há algo contra algumas teorias sociais, é o desprezo absoluto pelo ambiente físico; e em toda a sociologia moderna o território encontra uma escassa consideração, que conduz parte do sistema e da teoria sociológica a conceber o homem como desvinculado da Terra.” (Carvalho, 1998, p. 74).

Até pouco tempo, a versão sobre o pensamento retzeliano era a de um geógrafo de princípios positivistas e proponente de uma geografia descritiva. Entretanto, em versões mais recentes, constata-se sua *crítica ao positivismo*, sobretudo apontava as consequências de sua rigidez em não admitir desvios na linearidade e nas abordagens da evolução do conhecimento. Dizia que a história das ciências, (referindo-se ao caso da Antropogeografia), não deveria compartilhar do mesmo esquema cronológico das ciências em geral. Também via os limites da ciência descritiva. Entendia que a descrição era fundamental, mas não o suficiente sem a análise.

A Geografia, na época, apresentava-se dividida em dois ramos: a da natureza e a do homem, com a função de descrever lugares, onde o homem só aparecia como agente modificador da fisionomia dos lugares, junto com os fatores físicos e biológicos. La Blache acaba com o problema da delimitação da abrangência do conhecimento geográfico afirmando que: “a Geografia é a ciência dos lugares, não dos homens;” O homem era visto como agente transformador da paisagem, não interessando o homem agente histórico, tão pouco o agente social e cultural, e, conforme Carvalho, “está aí, na verdade, a tábua da salvação, saudada por Lucien Febvre,”(Ibid., p.200), que a partir de então, diferencia a Escola Alemã Determinista de Ratzel da Escola Francesa Possibilista de La Blache.

Esta designação de pólos opostos foi marcada, ou até mesmo rotulada por Lucien Febvre, pois, conforme Carvalho (1998), nas divergências de Ratzel e La Blache descritas até hoje, há muito mais de mito do que de verdade, pois os dois

compartilhavam de concepções comuns, mesmo amparados por razões diferentes. “Coincidência ou não, o fato é que a partir daí [livro de Lucien Febvre] escassearam as referências a Ratzel ou a sua Antropogeografia nos trabalhos dos geógrafos” (Ibid.,p.217). Segundo Carvalho, um dos maiores pecados de Ratzel foi propor um intento integrativo entre as ciências sociais e a biologia “justamente num momento em que a idéia era exatamente a separação dos conhecimentos, o que mais se buscava” (Ibid.,p.219)

Através da visão hologeica, segundo Sanguim “Ratzel explicou uma ontologia geográfica de essência ecológica, [estabelecendo] a concepção biogeográfica do Estado. A noção ecológica de entropia e teoria geral dos sistemas lhe são devedoras” (Ibid., p.233). É da essência ecológica que Ratzel parte para a concepção biogeográfica do Estado:

“por toda a parte se constata uma analogia formal de todos os seres vivos, que extraem sua vitalidade de seu vínculo com o solo (...) esse vínculo, com efeito, constitui para todos eles, quer sejam líquens, corais ou homens, a característica universal, característica vital, pois é a própria condição de suas existências” (Raffestin, *apud* Carvalho 1998, p.234)

Entendia os Estados como organismos complexos que se concretizam nas apropriações territoriais que as fronteiras delimitadas pelo homem indicam, e não apenas como instituições políticas. A concepção de organismo em Ratzel referia-se a qualquer estrutura organizada, ia além de uma concepção simplesmente biológica.

Neste contexto desenvolve sua *geografia política*, outro ramo da Antropogeografia, que pretendia aproximar o entendimento das conexões entre a natureza e o homem. Conforme Raffestin & Lawrence, *apud* Carvalho (1998, p. 235-236), Ratzel

“não apenas interpretou o solo como recurso básico da vida humana, mas também entendeu e enfatizou seu fundamento político. (...) Pioneiramente avaliou as inter-relações entre populações, solo e recursos. (...) Evidenciou a importância vital do solo como fator de desenvolvimento. (...) Formulou uma perspectiva integradora e ecológica sobre o solo, que ele via como possuidor dos recursos

básicos para a vida (...) compreendeu a complexidade da terra, incluindo sua dimensão ecológica e política”.

Para ele, a geografia política seria o motor da dinâmica das relações homem/território. No seu entendimento, o político prevalecia sobre o econômico. Ratzel ajudou a fortalecer as correntes nacionalistas da época, “como a liderada por Max Weber, que insistiam na prevalência de um conteúdo mais político do que econômico para o desenvolvimento da questão” (Carvalho, 1998, p.45).

No entanto, conforme a afirmação de Brumat, Lucien Febvre destacou o solo como elemento da paisagem e não enfatizou as relações do homem com o mesmo, afirmando:

“ ‘o geógrafo tem por objeto o solo e não o Estado’. Esta consideração influi negativamente sobre o pensamento geográfico, pois (...) negou a existência de estudos geográficos relativos à estrutura espacial da sociedade (p. ex., a geografia política) (...) conseqüentemente a possibilidade de prosseguir com os métodos interdisciplinares” (Carvalho, 1998, p.239).

Contrariando o próprio argumento de Ratzel, que diz:

“o âmbito da geografia não é limitado à representação e descrição do solo sobre o qual se efetuam os movimentos históricos. Também tudo quanto se refere às relações entre o elemento móvel e o território sobre o qual ele se move constitui objeto de estudo geográfico”(Ibid., p.81).

É atribuída da a Ratzel a introdução da noção de território em Geografia. O contexto da época voltava-se, em especial, à consolidação do Estado-Nação. Hoje o resgate do território tem sua importância na questão da crise das territorialidades intuitivas, na nova categoria da gestão territorial, a região, por exemplo.

Preocupações com assuntos relacionados à geografia política, como território, estão na ordem do dia entre renomados geógrafos contemporâneos. Como Bertha K. Becker e Milton Santos, entre outros. Segundo alguns cientistas sociais, é preciso enraizar-se na Terra. “ ‘Enraizar na Terra’ é Territorializar, com ‘T’ maiúsculo, sem cair no reducionismo invertido das generalidades holísticas. É recuperar, por exemplo, a

concepção que Ratzel havia chamado de *hologeica*”(Carvalho,1998, p.254)

A busca de novos paradigmas são uma constante neste final de século. A interdisciplinaridade, o território, a territorialidade estão na ordem do dia, batalha incansável do geógrafo Friedrich Ratzel no final do século passado. Sanguin, recomenda “a todo crítico de Ratzel ler muito atentamente seu artigo *Der lebensraum*, (O espaço vital) e reconhecer até que ponto suas idéias foram pervertidas. Não há nesse texto, qualquer admissão do determinismo (...) tal leitura nos proibiria de considerar Ratzel o concebedor da doutrina nazista do espaço vital” (Ibid., p.232).

3.2 Da Geografia Política a Geopolítica do Espaço Vital

Além da produção intelectual, Ratzel dedicou-se a compreender as profundas mudanças que ocorriam no espaço geográfico alemão”. Tinha uma postura política nacionalista, participou de associações, círculos intelectuais e movimentos nacionalistas, entre eles a liga pangermânica, de pretensões imperialistas, proposta pelo governo de Bismark. Tendo em vista que a Alemanha chegara tarde na “partilha do mundo” entre os europeus, os resultados dos movimentos imperialistas foram positivos para os propósitos de Bismark, pois lhe renderam alguns territórios quando da partilha da África.

Segundo Carvalho (1998), após 1890 Ratzel afastou-se dos movimentos imperialistas e chauvinistas e aproximou-se de outra corrente, a liderada por Max Webber, em que a atenção voltava-se à integridade da nação alemã, que se via ameaçada pela aristocracia Junker, e presenciava o empobrecimento e a proletarização dos camponeses. Começava uma luta interna. A aristocracia ameaçava com a possível imigração de poloneses para substituir o trabalho dos camponeses alemães. Mitzman, *apud* Carvalho (1998, p. 44), parte da análise de Webber para clarear esta questão.

“Se o proletariado rural era incapaz de empreender uma luta organizada contra os junkers, e, de fato já identificava a liberdade com a imigração, então a imigração polaca estava destinada a acarretar uma piora da posição alemã a leste do Elba, e só uma intervenção do Estado de caráter radical para colonizar, com camponeses alemães, os patrimônios Junkers expropriados poderia

salvar a situação”.

Segundo esta corrente, o povo deveria libertar-se da hegemonia Junker para conquistar uma autopreservação, garantindo, assim, a consolidação de uma produção nacional (principalmente de alimentos), caso contrário a Alemanha ficaria dependente de mercados ultramarinos, tendo de aderir à política imperialista.

Portanto, é neste contexto que Ratzel publica a Geografia Política, mais precisamente em 1897. Este esclarecimento é importante, na medida em que muitos leitores de fontes secundárias de Ratzel declaram-no como propositor de ideais expansionistas. No entanto, após a consolidação do Estado Alemão, a Geografia Política não encontra mais eco dentro das universidades. Daí em diante,

“a Geografia universitária desenvolve-se (...) como ciência do espaço terrestre enquanto entidade natural, distinta do discurso político. Nos meios governamentais, por sua vez, o pensamento ratzeliano, (...) penetrou decisivamente mas a título de ideologia. O conceito de Lebensraum (espaço vital) (...) interessa principalmente à geografia militar e colonial” (Martins, 1993, p. 5).

A Geografia Política vai perdendo espaço no meio científico, enquanto a geopolítica começa a avançar no meio militar. O caráter político atribuído à Geografia pelo cientista em estudo, é alvo de interpretações que lhe conferiram a qualidade de mentor dos ideais expansionistas de Hitler, devido à importância conferida à geopolítica, ou ao espaço vital, na propaganda nazista.

No entanto, acredita-se que uma grande obra literária ou teoria científica pode tornar-se perigosa em mãos de grupos ou segmentos reacionários. Desta forma, condenar Ratzel pelas atrocidades nazistas poderá ser o mesmo que condenar Einstein pela bomba atômica.

A Geopolítica torna-se uma disciplina independente, criada por Kjéllen e cresce rapidamente através dos trabalhos de Karl Haushofer. Realmente a Geografia nessa época era um alto instrumento de poder do Estado, haja vista, que nos altos escalões do governo a importância dada a Geografia foi visível. Conforme Sodré, em 1922,

“começam a aparecer as obras de geopolítica, assinadas não apenas por geógrafos. O mentor desse movimento ideológico que, surgindo paralelamente ao nazismo e das mesmas condições, com ele se fundiria mais adiante, seria o soldado e geógrafo Karl Haushofer” (1976, p.62).

Esse soldado e geógrafo era professor na universidade de Munique onde, dirigiu o Instituto de Geopolítica. Foi apresentado a Hitler, o qual durante o período em que esteve preso escreve um livro e um de seus capítulos é “considerado como diretamente inspirado por Haushofer” (Ibid.).

No poder, Hitler escolhe Haushofer como presidente da Academia Germânica e outro escritor da geopolítica como chefe da seção técnica no Estado Maior do Exército Alemão. A idéia básica era “espaço é poder”. Yves Lacoste estava certo em sua afirmação de que a Geografia, neste contexto, servia antes de mais nada para fazer a guerra. Os ideais expansionistas estavam presentes nesses geógrafos. Conforme a afirmação de Haushofer, *apud* Sodré, (1976).

“Uma grande nação tem de romper de um espaço singularmente estreito, amontoado de gente, sem ar fresco, um espaço vital acanhado e mutilado há um milênio (...) a menos que toda a Terra se abra à livre imigração dos povos melhores e mais capazes ou que os espaços vitais ainda não ocupados sejam redistribuídos segundo as realizações anteriores e a capacidade de criar”(p. 63)

São muitos os fatos que demonstram a veracidade da “geografia do poder militar”. Na época da ascensão do nazismo, já tinham se passado mais de 30 anos da morte de Ratzel e, certamente, se estivesse vivo, não concordaria com o procedimento e referências conferidas a seus trabalhos. Para ele, o espaço vital representava a relação entre um grupo de indivíduos e o território em que viviam, conferindo importância vital ao solo, pois dele provêm o sustento e os recursos necessários à vida, e também é o habitat, o cenário de vida dos grupos. Portanto esse deveria ser um cenário de luta, de defesa contra eventuais invasores. No último artigo escrito por Ratzel e publicado no ano de sua morte, verifica-se

“que este faz condenações explícitas contra as teorias raciais de Gobineau e Houston Chamberlain, ambos reconhecidos como precursores diretos da ideologia hitleriana. Esta lembrança não deixa

de ser também importante, pois não são raras as associações equivocadas entre a produção ratzeliana e inspirações ao ideário nazista.” (Sanguin *apud* Carvalho, 1997, p.15).

Faz-se necessário destacar que a propagação da geopolítica com ideais nazistas ocorre em especial após 1918, com a “transformação da teoria de espaço vital criada por Ratzel. Na obra escrita por Hitler, em 1923, *Minha Luta*, verifica-se que o contexto social, político e econômico da Europa na época era desolador e caótico. O ideal de Hitler era criar um espaço/nação para estabelecer ou assentar os indivíduos de sangue ariano formando uma identidade nacionalista, capaz de lutar pela sua soberania.

Destaca-se também que Hitler condenava os círculos (grupos de estudo), alegando que enquanto se discutiam teorias o caos se mantinha, e sua tática centrava-se na retórica, no poder das palavras; com isso, conseguiu mobilizar grande parte da estrutura populacional, de baixo para cima. Encontrou, na época, muito apoio, inclusive de intelectuais como o filósofo Heidegger, no que diz respeito à importância das palavras ditas (discurso) e não escritas.

Hitler imaginava um espaço maior, (habitat), para os arianos desenvolverem sua cultura. A vontade de ampliá-lo centrava-se na questão da perda de territórios em anos anteriores e de elevar a Alemanha à condição de uma grande potência. Não era adepto de domínios territoriais em outros continentes mas, sim, de ampliar o território alemão em áreas adjacentes. No desejo de ampliá-lo estava imbutida a idéia de repatriar e assim reunir todos os alemães que estavam fora das fronteiras da nação. Observando os escritos de Ratzel, constata-se que em 1878 o mesmo questionava tal repatriação,

“esses povos separados politicamente, mas que mantiveram nossa mente em outras circunstâncias, pensam e sentem, de algum modo, um pouco diferente de nós mesmos. Enquanto há dúvidas se sua reunião conosco nos faria mais fortes, é certo que esses mesmos grupos não enriqueceriam (ao retornarem) nossa existência cultural alemã: apenas a tornaria mais uniforme”(RATZEL, *apud* Martins, 1993, p.58).

Cabe dizer que a Alemanha, além de ser uma das últimas nações européias a se consolidar como estado nacional, ainda esteve sob a disputa da França e da Áustria até o final do século XIX e perdeu território na Primeira Guerra Mundial.

Conforme Wepman (1990), em 1934, Hitler, talvez tenha sido o homem mais popular da Alemanha, seu projeto tinha 90% de apoio dos eleitores. O autor ainda menciona que muitos alemães não imaginavam o que estava por vir diante do carisma obsessivo de Hitler. Após a recuperação da Alemanha, começa a revanche em relação às humilhações sofridas pelo Tratado de Versalhes. A principal atenção voltou-se ao resgate dos territórios tomados pelo tratado (expansão territorial), bem como o armamento da nação. O desejo de reaver seus territórios, fez com que a expressão *lebensraum* (espaço vital), fosse muito utilizada na época.

“A anexação da Áustria aconteceu em fevereiro de 1938. No verão do mesmo ano, diante da pouca ou nenhuma resistência encontrada na invasão daquele país, Hitler atacou outra reivindicação territorial: pediu de volta a região dos Sudetos, uma faixa de terra fronteiriça com a Tchecoslováquia, que fora tomada da Alemanha nas condições do Tratado de Versalhes. Desde então, esta perda vinha irritando os alemães, não só porque historicamente a área era alemã, ou por ser rica em recursos naturais, mas porque os alemães haviam sido, por muitos anos, o grupo populacional dominante na região” (Ibid., p. 59-60).

Talvez fosse por isso que até 1938 Hitler conquistara a confiança e admiração de seu povo. Até essa época já tinha praticamente vencido todos os obstáculos impostos pelo Tratado de Versalhes, inclusive anexando a Áustria e os Sudetos Tchechos à Alemanha. Até ali, “Hitler enfrentara o mundo e conseguira o que desejava, sem disparar um único tiro” (Ibid., p. 60).

A falta de limites no poder de Hitler fez com que desejasse repartir o território polonês entre Alemanha e Rússia. A invasão da Polônia foi o estopim da Segunda Guerra Mundial, aliada à limpeza étnica, pronta para ser posta em prática. O extermínio dos judeus era uma idéia que vinha se gestando desde o final do século XIX. Ratzel já tinha se manifestado contra os ideais raciais de pessoas que mais tarde foram líderes do movimento e da prática nazista. Conforme o historiador Robert Herzstein, *apud*

Wepman (1990, p. 62), “Goebbels sempre havia sido o único alto líder nazista a insistir na necessidade de realmente se promover o extermínio dos judeus.” O autor diz que ele dedicou-se a preparar o povo para lutar por isso.

O desfecho do espaço vital de Hitler foi monstruoso, diferente do espaço vital teorizado pelo geógrafo Ratzel.

Ao término dos horrores da Segunda Guerra, a Hitler é atribuído grande parte das culpas. Assim, após 1945 “a condenação da geopolítica abarcou também a condenação da geografia política de Ratzel” (Martins, 1993, p. 5). Hitler não traíra apenas seu povo, mas também um grande expoente da ciência geográfica, usando o conceito de espaço vital com conotações de poder expansionista ilimitado.

3.3 O Espaço Vital hoje

Para o geógrafo Ratzel, o espaço vital “representa uma relação entre recursos de uma dada área e uma sociedade que o habita. É o espaço no qual o indivíduo ou um grupo de indivíduos se movimenta ao longo de sua vida ou durante um período determinado, constituindo uma área necessária à sua reprodução e, portanto, um território que deve ser defendido contra eventuais invasores” (Machado, 1997, p.24).

Este conceito assemelha-se ao de capacidade de suporte desenvolvido pelos antropólogos e ecologistas, definida como o equilíbrio entre recursos e demandas humanas. Conforme Miyamoto (1995, p.126), Antonio Gramsci em seus escritos sobre o potencial de um país para tornar-se potência mundial, “não esquece os requisitos

básicos (população, território), como também vai além, enfatizando a própria correlação de forças existentes nas alianças, o que os outros autores normalmente não consideram”.

Apesar da versão de Ratzel sobre o espaço vital ter sido interpretado como justificativa do expansionismo, o conceito de espaço vital pode servir para estimular a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento atual. Os países ditos desenvolvidos alcançaram padrões de desenvolvimento diferentes da grande maioria graças ao esgotamento de grande parte de seus recursos, bem como da grande quantidade de matéria e energia transferidas dos países mais pobres.

Face ao capitalismo globalizado, a noção de espaço vital poderia ser atribuída a escala local e global. Muitos cientistas alertam que se os países caracterizados como pobres, desenvolverem-se na mesma linearidade dos países ricos, em pouco tempo esgotar-se-ão os recursos do planeta. O que poderá se evidenciar tanto em termos “ambientais (redução da capacidade de recuperação dos ecossistemas), como ecológicos (esgotamento progressivo da base de recursos naturais) e político institucionais (ligado aos sistemas de poder para a posse, distribuição e uso dos recursos da sociedade)” (Guimarães,1992, p. 20).

A constatação da degradação dos ecossistemas e da finitude de alguns recursos naturais já é uma realidade. Por exemplo, uma floresta devastada não se recompõe em sua biodiversidade natural, pode-se apenas reproduzir o recurso “madeira”. O esgotamento do petróleo está previsto para os próximos 40 anos, sendo que o físico Rogério Leite alerta para o novo grande choque do petróleo daqui a 5 ou 10 anos. Os países que estiverem com sua base produtiva calcada no uso do petróleo serão fortemente abalados por essa situação, preocupação que o Brasil poderia desconsiderar face às várias alternativas de que dispõe em seu território, como potencial hidráulico, biomassa (pró-álcool), entre outras.

Percebe-se que chegamos no momento de recriar as formas de desenvolvimento. Até pouco tempo, características como industrialização, baixo índice de crescimento populacional, urbanização, referiam-se a países ricos/desenvolvidos. Atualmente alguns

países pobres têm essas características e, no entanto, a maioria de sua população vive em condições miseráveis.

Por este motivo é de estranhar que todos sejam a favor do desenvolvimento sustentável num mundo em que a distância que separa os ricos dos pobres é cada vez maior. Segundo Galeano (1999), em 1960, o 20% mais rico da humanidade possuía 30 vezes mais do que o 20% mais pobre. Em 1990, a diferença era de 60 vezes, e, em 2000 a diferença chegará a 90 vezes.

Esta situação revela a insustentabilidade do processo de desenvolvimento que prima pelo fator econômico da questão, calcado no desgaste do meio ambiente. Neste contexto justifica-se a preocupação com a sustentabilidade espacial – territorial, a qual ocupa-se em ver e rever situações e processos da má distribuição das riquezas, um dos elementos essenciais da crise social e ambiental. Estudos revelam que dentro de poucos anos quem deter o maior poder de acesso aos recursos naturais, deterá concomitantemente o poder político e econômico.

A partir desta situação, nasce a possibilidade/necessidade de resgatar-se o conceito de espaço vital de Ratzel, pois é no espaço de vida cotidiano, o lugar, onde poderá surgir o novo, caracterizado pela defesa dos recursos em termos de matéria e energia, da sociedade, da cultura, da política e da economia. Este é o espaço que pode garantir a reprodução da vida, através da participação conjunta da sociedade em busca do desenvolvimento sustentável. E neste contexto, concorda-se com (Gonçalves,1993, p.39) quando diz: “Não é sustentável o desenvolvimento que não disponha do espaço vital com seus recursos em termos de matéria e energia”. Registra-se que este processo de desenvolvimento expressa-se na contigüidade territorial, num acontecer solidário onde a região é a categoria recomendada e vista como o espaço vital para a busca do desenvolvimento sustentável.

4 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA SÓCIO -TERRITORIAL

Observa-se que o desenvolvimento sustentável assume grande importância em todas as esferas políticas, justamente numa época de ajustes da produção capitalista mundial. Sob o rótulo neoliberal, enaltece-se o desejo, por parte de seus proponentes e

seguidores, da restrição da democracia, ou seja, o abandono das políticas sociais relacionadas ao Estado de Bem-Estar Social. Neste contexto, os neoliberais decretam a falência do Estado, e este, por seu turno, em muitos casos, fortalece tal posicionamento, transferindo as políticas sociais para o controle do mercado.

Discutir a temática Estado-nação não é o principal objeto desse trabalho. No entanto, entende-se que seja imprescindível repensar o papel do Estado/nação, pois tanto os processos globais “de cima” quanto os locais “de baixo” desafiam a soberania do mesmo. Em primeiro lugar, o destino de muitas localidades está sendo determinado por decisões tomadas fora da jurisdição territorial do Estado. Em segundo lugar, os conceitos do que é democracia não são encarados por esses desafiantes politizados e “a nação não chega a ser considerada o veículo mais indicado para lidar com a variedade de questões locais e globais que influenciam nosso cotidiano” (Smith,1996, p. 67). A globalização vem desafiando a soberania do Estado/nação, ou seja, o poder de tomar suas próprias deliberações, devido à forte ligação dos governos locais com as políticas internacionais voltadas aos interesses econômicos e financeiros globais.

Conforme o autor supramencionado, as corporações, os blocos de poder supranacionais e a noção de uma “cultura global” (difusão de valores e estilo de vida ocidentais) desafiam a soberania do Estado/nação. As corporações transnacionais, por exemplo, cada vez mais planejam seus investimentos, sem estabelecer vínculos com o local. Dessa maneira, “o Estado soberano ficou vulnerável aos interesses destas corporações” (Ibid, p. 73).

A questão merece uma atenção especial, pois não se trata de negar o papel do Estado porque já não atende às necessidades essenciais do desenvolvimento, mas sim de mudar a geografia de sua gestão.

A crise do Estado, conforme Bobbio (1988), deve ser vista de dois ângulos. Para os conservadores, seria a crise do Estado democrático (excesso de direitos). Já, para os marxistas, seria a crise do Estado capitalista, que não consegue mais controlar o poder dos grandes grupos de interesses em concorrência entre si. Esta crise estaria ligada ao modelo de Estado e não ao fim do mesmo. Para compreender o modelo de Estado

vigente deve-se retornar aos princípios que o consolidaram.

Ao analisar a consolidação do Estado moderno, Weber escreveu:

“O Estado moderno é uma associação compulsória que organiza a dominação. Teve êxito ao buscar monopolizar o uso legítimo da força física como meio de domínio dentro de um território. Com essa finalidade, o Estado combinou os meios materiais de organização nas mãos de seus líderes, e expropriou todos os funcionários autônomos dos estamentos, que antes controlavam esses meios por direito próprio. O Estado tomou-lhes as posições e agora se coloca no lugar mais elevado” (Weber, 1982, p.103).

Em outros termos, o Estado moderno exerce o poder político através da consolidação da associação instituída e legitimada por um grupo de indivíduos com interesses comuns. A força da coação sobre o território é legitimada através da lei e de exércitos, por exemplo. Na análise de Weber, o poder do Estado moderno exerce a tentativa de expropriar o poder político, ou os meios políticos dos produtores independentes. “A totalidade do processo [do desenvolvimento do Estado moderno] é um paralelo completo ao desenvolvimento da empresa capitalista através da expropriação gradativa dos produtores independentes” (Ibid., 102).

Fazendo-se um paralelo com Ratzel, o qual afirmou que as organizações estão em constantes mudanças, percebe-se que as “associações” instituídas legitimadas, podem ser substituídas por outras que se sentiram ameaçadas.

“É uma das características mais destacadas do homem civilizado o fato de que ele se habitua à coerção das leis, e na obediência a elas, ele descobre também um interesse prático. Mas quando se compõe uma [comunidade]de indivíduos pertencente à mesma tribo, que não podem suportar a ordem constituída; e freqüentemente esta estirpe sem lei pela falta de qualquer vínculo legal e de qualquer atenção às relações tribais e até mesmo a sua própria reputação – o que faz com que se dirijam a elas os mais audaciosos e despossuídos de todas as tribos vizinhas – extrai uma força que a transforma de uma tribo de predadores em um povo de conquistadores, fundadores de Estados e dominadores” (Ratzel, 1891, p.142).²⁰

²⁰ Ratzel falava do potencial de poder contido nas tribos dos negros africanos. No entanto, entende-se que a assertiva refere-se a qualquer “tribo” que se sentir ameaçada, pois desvenciliar-se de todo tipo de submissão é antes de mais nada uma questão de sobrevivência.

Junto à configuração territorial e à consolidação do Estado, uma parcela da sociedade, leia-se burguesia, proveu-se de meios para assegurar o poder sobre a territorialidade instituída. Estes meios expressavam-se através da criação de leis, exércitos que agiam não apenas em defesa do território nacional, mas também defendiam os interesses da classe dominante. Esta constatação serve apenas para enfatizar a questão da crise das territorialidades instituídas, bem como dos sujeitos instituintes. Para este trabalho, considera-se suficiente para prosseguir com o seu foco principal: desenvolvimento sustentável - o paradigma territorial.

Conforme Souza (1996), o conceito vigente de desenvolvimento deve ser superado, avançando para uma proposição que leve em consideração a dimensão espacial (escala de análise).²¹

Tendo em vista a premissa de que se existem os “países” desenvolvidos, existem os subdesenvolvidos num sentido dialético²², no qual os países desenvolvidos alcançaram um patamar mais elevado graças aos movimentos contraditórios de um mesmo processo, entende-se que os países desenvolvidos não podem considerar-se ilhas de bem estar, rodeados de países miseráveis; e nem mesmo os países do chamado Terceiro Mundo podem ser enquadrados numa única categoria de subdesenvolvimento. O autor supramencionado ainda destaca que a substituição de grandes teorias, excessivamente gerais, para resolver ou pelo menos amenizar a questão da desigualdade no mundo, podem ser feita por teoria nenhuma. No caso, a teoria generalizante do modernismo, expressa no capitalismo e no socialismo real, pode ser substituída por teorias pós-modernistas, que surgem a partir de descrença às teorias da modernidade. O velho modelo de desenvolvimento, ou as velhas teorias estão morrendo, e o novo não consegue nascer, no dizer de Gramsci.

Já faz alguns anos que se fala em “pensar globalmente e agir localmente” (Harvey, 1993, p.273). Atualmente as teorias generalizantes, globais, estão em

²¹ Escala de análise “ remete a um dado recorte espacial - o intra-urbano (os bairros, a estrutura interna da cidade), o “local” (o vilarejo, a cidade, a metrópole como um todo), o “regional”, o “ nacional”, o internacional (...) de acordo com o nível analítico selecionado, o geral e o particular mudam conforme a escala (...) o raciocínio multiescalar pode, inclusive, ajudar a perceber melhor a verdadeira magnitude do desafio do desenvolvimento” (Souza, 1996, p. 16).

²² Dialética, segundo Hegel “é a única maneira pela qual podemos alcançar a realidade e a verdade como movimento interno da contradição (...) é o fluxo eterno das contradições” (Chauí,1997, p.203).

descrédito. O local e o regional têm ocupado lugar de destaque em relação ao global. Souza (1996) alerta, no entanto, para que não busquemos priorizar um ou outro, mas, sim, que busquemos uma “rejeição simultânea da superênfase sobre o que é geral, ou seja, recusa de leis gerais da sociedade” (Ibid., p.15).

Conforme Boisier (1996, p. 25), a região, como “uma nova categoria territorial (e política), além de ser uma nova divisão administrativa, pretende converter-se no ator do desenvolvimento, quer dizer, em sujeito”. Significa dizer que é no espaço de vivência mais próximo, no qual a sociedade se movimenta e se identifica, o lugar onde os problemas, as demandas sociais e as potencialidades de desenvolvimento são mais perceptíveis pelos indivíduos ou pela coletividade de indivíduos que o ocupam. A partir dessa premissa, a sociedade poderá participar diretamente na busca de perspectivas e projetos políticos comuns que atendam às necessidades e aos anseios de seus constituintes de forma democrática. Dessa forma, os constituintes da região poderão tornar-se os próprios sujeitos, atores do desenvolvimento regional sustentável.

Esta nova categoria administrativa tem como base do desenvolvimento a reorganização da gestão territorial. Segundo o autor supramencionado, “uma das referências básicas para o ser humano é o lugar, o seu lugar, e o espaço como um contexto mais amplo de si mesmo”(Ibid., p.22). Para tanto, concorda-se com Emmermann (1998), quando fala da imprescindível missão de entender o espaço vital do homem, pois vivemos na terra, necessitamos de água potável, matéria-prima e energia. As gerações futuras também deverão dispor dessas fontes de subsistência.

Nesse contexto, vale resgatar os escritos de Ratzel, em especial *Le Sol, la Société et l'État*, escrito no final do século XIX, no qual evidenciou a importância vital do solo como fator de desenvolvimento. Segundo Ratzel,

“existem muitas teorias da sociedade que permaneceram completamente alheias a quaisquer considerações geográficas. Quando diz respeito ao Estado, a geografia política após longo tempo se habituou a levar em consideração a dimensão do território ao lado da cifra da população. As unidades políticas autônomas somente são possíveis sobre um solo, e seu desenvolvimento não pode ser compreendido senão em relação a esse solo. Um povo regride quando perde solo” (1889, p.1-2).

Ratzel atribuiu ao solo uma dupla necessidade: habitação e alimentação. Já naquela época, tinha o entendimento de que a má distribuição do solo implicaria uma barreira ao desenvolvimento, ao afirmar que:

“Quando o solo é dividido igualmente, a sociedade é homogênea e propende para a democracia; ao contrário, uma divisão desigual é um obstáculo a toda organização social que daria a preponderância política aos não proprietários e que seria, por conseguinte, contrária a toda espécie de oligocracia. Este atinge seu máximo de desenvolvimento nas sociedades que têm em sua base uma população de escravos sem propriedade e quase sem direitos” (Ibid., p.2).

Segundo Ratzel, a organização de uma sociedade depende estreitamente da natureza de seu solo, de sua situação; o conhecimento da natureza física do país, de suas vantagens e de seus inconvenientes, resultaria então na história política, afirmando que o solo é a base real da política, entendendo que a relação da população com o solo, seus recursos e qualidades seriam o motor do desenvolvimento.

4.1 Solo: da dimensão da existência à dimensão do território

Para o homem, o solo constitui-se num elemento vital para a vida, pois ele é, antes de mais nada, uma “extensão” deste. O próprio livro do Gênesis diz que o homem foi criado da terra. “O senhor Deus formou, pois, o homem do barro da terra, e inspirou-lhes nas narinas um sopro de vida e o homem tornou-se um ser vivente”(Gênesis,1982, p. 50). Do hebraico terra = Adamah, que vem de Adam = filho e filha da terra.

Semelhante a isto, podemos nos reportar à fábula-mito do cuidado, elaborada por Higino, citada por Boff, (1999), que explica o sentido do cuidado com a vida humana e recolhe uma experiência testemunhada em muitas culturas do Oriente e do Ocidente, na qual explica a criação do ser humano a partir do barro, moldado do húmus do qual derivaria seu nome: húmus = homem filho da terra.

Um grande mistério que instiga até hoje toda a humanidade é conhecer a sua verdadeira origem, e que possa ser comprovada cientificamente. Apesar de não existirem comprovações científicas suficientes para afirmar que o homem surgiu da terra, a Medicina Ortomolecular²³ poderá auxiliar-nos no sentido de compreender a manutenção da vida do homem. Segundo esse ramo da medicina, o corpo do ser humano necessita de todos os sais e minerais contidos no solo. A carência de qualquer um deles desequilibra o organismo humano. Esses sais e minerais são retirados do solo através dos alimentos, que serão consumidos pelo homem, porém destaca-se que estes devem ser assimilados sempre na dose certa, equilibrada. Segundo Corrêa (1987),

“As plantas retiram do solo fértil treze elementos necessários à vida. Seis deles são chamados macronutrientes (N, P, K, Ca, Mg e S), enquanto os outros sete são chamados de micronutrientes (Fe, Mn, Zn, B, Cu, Cl e Mo) (...) Daí a luta histórica pela posse da terra fértil, com tanto sangue, sofrimento e ódio na disputa pelos nutrientes do solo”(p.44).

Esses são os nutrientes essenciais²⁴ à vida, retirados do solo, dissolvidos pela água e assimilados pelas plantas e posteriormente pelo homem.

O exposto acima caracteriza-se como fundamento primordial do vínculo do homem com o solo. Em segundo lugar, o solo é a base, o substrato das relações entre os grupos humanos. Pode-se acrescentar que o ser humano surgiu da força criativa da mãe Terra, assim como todas as demais espécies. Neste sentido, o solo interagindo com toda a complexidade dos ecossistemas, constitui-se num elemento no qual brotou a vida, e sobre ele a criatura humana tomou consciência de si mesma. Dito em outros termos, a humanidade é a própria natureza tomando consciência de si mesma.

O “simples” fato de o ser humano ser a espécie a tomar consciência sobre a

²³ A Medicina Ortomolecular foi introduzida por Linus Pauling, em 1960, nos EUA. “Consiste num tratamento que visa restabelecer o equilíbrio químico do organismo mediante o uso de substâncias naturais (nutrientes)”(Póvoa, 1995,p. 13). Atualmente este ramo está associado com a medicina Biomolecular, a qual trabalha a questão dos radicais livres.

²⁴ Quando alguns desses nutrientes ficarem ausentes da alimentação de uma criança, para ficar no exemplo do autor, ela cresce subnutrida. Assim, seu organismo luta com a fome, roubando energia dos tecidos mais nobres só para manter-se vivo; sacrificando seu cérebro, seus ossos e músculos; cresce raquítico, mas cresce, “vinga”, como se diz; paga seu preço e arrasta depois uma existência de inferior, de fraco, de submisso pagador de juros de juros (...)” (Corrêa, 1987, p. 53).

existência, reforça nossa responsabilidade sobre o cuidado com o destino de todo e qualquer tipo de vida. Esta tarefa será árdua, mas necessária, pois o homem tornou-se egoísta, apoderando-se da consciência para olhar apenas para si mesmo (visão antropocêntrica). Perdeu-se a visão universal, cedendo lugar a um individualismo catalizador de benefícios cognitivos, materiais e tecnológicos.

É nesse contexto que se sugere revisitar a nossa origem, ou seja, a natureza, em especial o solo. Estas questões parecem simples e óbvias, no entanto concorda-se com Guimarães (1997), quando afirma que, a partir da delimitação territorial, da produção de excedentes alimentares e da conseqüente aceleração do ritmo das transformações, consagrou-se definitivamente a “libertação” das sociedades humanas de seu ambiente imediato. Com o desenvolvimento e consolidação dos atuais padrões de produção e consumo, a sociedade apartou-se da natureza.

Neste contexto, a proposição de desenvolvimento sustentável parece-nos um desafio. É neste sentido que nos reportamos ao espaço vital, ou seja, às territorialidades humanas.

Talvez nós, brasileiros, tenhamos algumas dificuldades para nos identificarmos com o solo, com o território como fator de identidade. Segundo Hobsbawm (1998), o processo de descolonização dos países do Terceiro Mundo não foi feito pela população que os habitava. As fronteiras foram delineadas pelos colonizadores, desencadeadas por movimentos que vieram de cima, por isso desprovidas de significado nacionalista. Complementa-se ainda que no contexto histórico nossas imigrações são recentes.

No Brasil, uma grande massa populacional (expulsa, expropriada do campo) ganha identidade através da organização do “Movimento dos Sem - Terra”, que nas suas andanças, levantando bandeiras de luta em defesa da conquista do seu espaço de sobrevivência, busca o seu espaço vital, o solo. Alguns grupos, que já conquistaram a condição de assentados, têm demonstrado grande capacidade de organização, contribuindo com o desenvolvimento da região onde se localizam.

Parece que a identidade com o território ou com a região assume significativa importância no momento em que se sugere o local e a região como os novos atores das decisões políticas. Menciona-se a importância de pensar o território ocupado, apropriado pela sociedade, avançando para a construção da noção de “territorialidade humana,

incluindo espaços de proteção (necessidade de segurança), espaço de estímulo (espaço de ação) e de identidade (espaço de identificação)”(Neto, 1997, p.22).

A territorialidade pode ser definida como a condição do que faz parte do território, “são as relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (Souza, 1995, p.99). Diante da grande tendência globalizante nos termos econômicos, financeiros e culturais, a noção de territorialidade, ganha, ou deve ganhar força, frente à perversidade contida na esteira daquela tendência. A busca da territorialidade, ou ainda, do sentimento de pertencimento a um território consolida-se como contradição da globalização, que pode ser entendida como tendência da regionalização social e pode ter dois significados: proteger-se da globalização e/ou, solidarizar-se, fortalecer-se diante da exclusão da tendência globalizante. Souza (1995) parte da idéia de territorialidade *autônoma* como alternativa de desenvolvimento onde, através da liberdade, homens e mulheres regem seu próprio destino, por meio da participação, da ação, da construção e da reconstrução do espaço vivido, criando uma identidade territorial, sendo capazes de defender e gerir livremente o seu território, através do poder sobre o mesmo. Concorda-se com a seguinte argumentação:

“qualquer sociedade humana vive num espaço que considera como necessário para a sua existência, quer seja em virtude de uma herança biológica, quer de uma tradição cultural.É uma evidência afirmar que não há sociedade sem espaço que lhe seja próprio, no interior do qual as gerações se sucedem numa continuidade tal, que uma identificação se realiza entre um povo e o seu território” (Isnard, 1982, p. 30).

No contexto do exposto acima, resgatar o conceito de território passa a ter significativa importância. Território nos remete à noção de substrato natural, terra natal, apropriação, limites e identidade. “Ele é resultado de um processo de apropriação de um grupo social” (Machado, 1997, p. 26), ou seja, o que o qualifica são todas as pessoas que ali vivem e mantêm uma relação da qual tiram seu sustento, criando a sua cultura.

Nos últimos anos, uma tendência está permeando a Geografia: resgatar o território como categoria básica. Nesta tendência, está o “grupo” do Laboratório de Gestão do Território (LAGET), existente desde 1987, no Rio de Janeiro. A grande motivação da criação do LAGET foi o “imperativo de resgatar o território como categoria básica da Geografia e de gerar informações sobre sua reestruturação, para

subsidiar novas e mais democráticas formas de ação sobre ele”(Becker, 1996, p. 3).

O uso do termo território vem de longa data. Palavra que deriva do latim *terra e torium*, “significa terra pertencente a alguém” (Corrêa, 1994, p. 251). Não apenas no sentido de propriedade, mas também de apropriação, “inclui uma relação de poder, ou de posse, de um grupo social” (Geiger, 1994, p. 234). Assim, “o território passa a representar uma parcela do espaço terrestre identificada pela posse, área de domínio de uma comunidade ou Estado” (Machado, 1997, p. 24). Neste contexto, vale lembrar que o desenvolvimento da Geografia, enquanto ciência, está muito ligado ao sentimento de pertencimento a determinado território e de posse territorial. Foi na preocupação com o caso da Alemanha que Ratzel introduziu a noção de território na Geografia. Segundo Andrade, no final do século XIX, essa era uma preocupação marcante entre alguns geógrafos como “Ratzel, muito preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território, e por Elisée Reclus que procurava estabelecer as relações entre as classes sociais e espaço ocupado e dominado” (Andrade, 1994, p. 213).

A introdução da noção de território na Geografia está intimamente ligada à formação do Estado-nação. Entretanto, nos dias atuais, a noção de território é usada em todas as escalas de análise, desde um quarto, um bairro até o Estado-nação, por exemplo. Se a conotação inicial referia-se a uma área da superfície terrestre de posse jurídica e política de uma coletividade nacional, a noção contemporânea avança em sua definição, “um poder determinando uma região, ou qualquer porção do espaço terrestre” (Machado, 1997, p. 26). Conforme a autora, o interesse pelo conceito de território, dentro da Geografia, ressurgiu pela constatação da necessidade de um conceito concreto de espaço, ligando-o às questões sociais.

O espaço constituiu-se como elemento chave para a Geografia; no entanto, na sua origem, tomou-se emprestado de outras ciências (ciências físicas e filosofia da ciência), as noções conceituais, teóricas e metodológicas para explicar o termo. Assim, até 1950, o espaço era concebido como sinônimo de superfície da Terra. Após 1950, a concepção de espaço tornou-se mais abstrato, desvinculado de sua base material, fundamentado em dados matemáticos, negligenciando as atividades e os eventos sociais.

Na década de 1970, surge um clamor por uma Geografia que não negligenciasse a sociedade e partisse de uma análise mais concreta e efetiva da realidade. É a partir dessa análise que ressurge a retomada do conceito de território. Durante o período que antecedeu essa necessidade a questão do território foi “deixada para a política de planejamento e ordenamento estatal” (Ibid., p. 23).

A concepção atual pressupõe a análise de seu significado concreto, ou seja, entender o território enquanto espaço apropriado. Significa dizer que o território deve ser analisado como produto histórico de uma coletividade. Esta, por seu turno, tem poder sobre ele. Poder para determinar de forma democrática e participativa as mudanças, os desejos que almejam para construir uma sociedade justa socialmente e em harmonia com o meio ambiente. No entanto, o espaço é, antes de mais nada, o lugar de disputa de interesses entre as classes sociais que visam estabelecer relações de poder para reorganizar as relações de poder sobre a territorialidade. Assim, apresentam-se “diferentes possibilidades do uso do espaço (território)” (Santos, 1997, p. 127). Registra-se o seguinte esclarecimento sobre essas diferentes possibilidades, tratando-se de uma escala local: “(...) enquanto a política local interessa às elites como uma possibilidade de adequação da cidade à globalização, às classes populares interessa a consolidação de um espaço de garantia do emprego e da qualidade de vida” (Heidrich, 1998, p. 16).

No caso da territorialidade instituída, Estado/nação, a classe burguesa apresentou-se como principal sujeito instituinte, o que não quer dizer que camponeses e operários não participaram também; apenas não lhes foi assegurado o espaço pelo qual lutaram. Dessa maneira, no território do Estado-nação, concretiza-se a fragmentação do espaço entre os que possuem capital e os que não o possuem. Valorizam-se os espaços que concentram e movimentam o capital em detrimento dos espaços periféricos a ele. E, assim, os que possuem capital encontram-se nas áreas valorizadas, e os que não possuem encontram-se na periferia ou totalmente expropriados do espaço de produção, como é o caso dos Sem - Terra no Brasil.

Considera-se que, ao resgatar o conceito de território, a Geografia pretende pensar nos sujeitos instituintes dentro da concepção atual. A delimitação do território, sua posse pelo uso, são produtos históricos de uma coletividade. O sentimento de

pertencimento ou a “territorialidade está intimamente vinculada a uma específica realidade social (...) [que] é sempre construída socialmente e seu uso histórico tem sido realizado de forma cumulativa” (Machado, 1997, p. 29). Então, vale dizer que todos os indivíduos que pertencem a determinado território necessitam sentir-se territorializados, visando à busca de uma distribuição justa das riquezas naturais e das produzidas pela sociedade. Precisa-se pensar o território como posse de uma coletividade sem exclusão. O território inclui todos, mas o homem (capital) produz a exclusão da posse, do emprego, do mercado. Sentir-se territorializado, buscar a territorialidade poderá alavancar um profundo sentimento de cuidado com o território. Entretanto conceituar “territorialidade”, ou seja, a relação homem/território, é uma questão complexa.

Esta complexidade refere-se ao caráter cultural que, por seu turno é dinâmico, devido ao fato do homem ser o único animal que precisa construir, organizar, desorganizar e reorganizar seu habitat no território. É interessante notar o sentimento de pertencimento ao território quando foram constituídas algumas nações. O nome dado às mesmas tem uma ligação muito forte com a terra (propriedade) e a etnia, como Deutschland, terra de alemão; Irland, terra de irlandês; Switzerlan e outros.

Entende-se que pensar e propor o desenvolvimento a partir do território significa dar um salto a frente, pois esse modo de pensar não pressupõe exclusão social e nem ambiental. A concentração espacial e social da renda sustenta uma estratégia da exclusão. Por isso, pensar a partir do território significa oportunizar as pessoas, que nele se encontram, o direito de participar do processo de desenvolvimento, visando a uma distribuição legítima da riqueza e do acesso democrático a ela. Para isso também é fundamental a ampliação do controle da sociedade sobre as territorialidades instituídas, eliminando gradativamente a restrição de poder da população sobre as decisões políticas, ou seja, o poder coercitivo do Estado e das forças globais sobre a sociedade. Uma determinada categoria territorial, como a local, poderá ser o ponto de partida para a articulação de uma política menos excludente. Esta poderá buscar inter-relações com as áreas adjacentes, contíguas, que por seu turno têm interesses políticos comuns, convertendo-se na nova divisão administrativa, a região, na perspectiva do espaço vital. Segundo Santos,

“A tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares. Créditos internacionais são postos à disposição dos países e das regiões mais pobres, para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital.

Nessa união vertical, os vetores da modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. É a união vertical – seria melhor falar de unificação – está sempre posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas.

Mas os lugares também se podem fortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo.

Com a especialização funcional dos subespaços, há tendência à geração de um cotidiano homólogo graças à interdependência que se estabelece horizontalmente. A partir de uma atividade comum, a informação necessária ao trabalho difunde-se mais fácil e rapidamente, levando ao aumento local da produtividade. Isso tanto é válido no campo, quando se formam áreas presididas por um ou por vários produtos agrícolas combinados, como, também, é visível em cidades que se especializam numa dada produção industrial ou de serviços.

Pode-se dizer, também, que esse cotidiano homólogo leva a um aumento da eficácia política. A informação tornada comum não é apenas a das técnicas da produção direta, mas tende também a ser a das técnicas de mercado. Os interesses criam uma solidariedade ativa, manifestada em formas de expressão comum, gerando, desse modo, uma ação política. A mídia local (jornais, rádio, televisão) é um testemunho desse movimento pelo qual as forças oriundas do local, das horizontalidades, se antepõem às tendências meramente verticalizantes. (...) Essa ação política pode, em muitos casos, ser orientada, apenas, para um interesse particular e específico, freqüentemente o da atividade hegemônica no lugar. Mas este é, apenas, um primeiro momento. E o resultado é a busca de um sistema de reivindicações mais abrangentes, adaptado às contingências da existência comum, no espaço da horizontalidade” (1997, p. 228-229).

É no espaço mais próximo que se tem a possibilidade de visualizar as potencialidades, bem como as diferenças dos lugares, e a partir daí estabelecer relações de produção, de mercado, de serviços sociais, de lazer, etc, fortalecendo o desenvolvimento regional. Faz-se necessário pensar o desenvolvimento a partir de uma visão integradora que contemple o conjunto das necessidades humanas. Neste contexto o território é a categoria recomendada. O território não exclui ninguém. Mas para que este garanta a inclusão social no processo de desenvolvimento sustentável, será necessário priorizar a ênfase política do desenvolvimento. Para tanto, sugere-se resgatar o potencial das diferenças, das vocações regionais, que estas sejam impulsionadas e respeitadas, emergindo como forças capazes de promover a articulação local, avançando

para articulações com os espaços contíguos, e que, por seu turno, também busquem a mesma dinâmica. Significa unir sem tornar idêntico o dessemelhante, nas palavras de Habermas.

4.2 A dimensão da verticalidade e da horizontalidade

Duas tendências expressam-se na correlação de forças em busca do desenvolvimento sustentável. De um lado, observa-se a disputa incessante dos atores globais, enquanto corporações transnacionais e organismos financeiros internacionais, pelo controle do capital e dos recursos no espaço global. Estes organizam-se em forma de redes, conformadas pela presença de diversos pontos (locais – nós da rede) distribuídos pela superfície do planeta.

Por outro lado, observa-se a mobilização de resistência à globalização, a partir de movimento sociais, ONGs, enquanto atores locais, regionais, que buscam na dimensão contígua do território a base de sua resistência. Nesta tendência, surge a “possibilidade da região, enquanto espaço vital, tornar-se sujeito do desenvolvimento sustentável” (Etges, 2000).

A primeira tendência desenvolveu-se a partir do processo de mundialização, que pode ser apresentada em três etapas, a saber: internacionalização (relação nação com nação), transnacionalização (rompimento de fronteiras), e, globalização (surge como reguladora planetária). Essa tendência de regulação (mercado) planetária, organiza-se através de redes, em pontos descontínuos, fruto do emprego maciço de ciência e tecnologia.

O processo de internacionalização avançou gradativamente desde o século XVI até o final da primeira metade do século XX. Segundo constatação de Harvey (1993), de 1.500 a 1840, a velocidade média dos meios de transporte era de 16 km/h, passando para uma média de 57 km/h em 1930. Foi com esta velocidade, num espaço de tempo de 4 séculos, que a Europa conquistou e colonizou a América, a África e a Ásia. Introduziu a Divisão Internacional do Trabalho, a qual “caracterizava-se pela utilização quase que

exclusiva dos países do chamado Terceiro Mundo como ilhas de sintropia dos países centrais” (Altvater, 1995, p. 180). Após a colonização das ilhas de sintropia, retiraram-lhes a matéria – prima, os produtos agrícolas, minerais e fósseis. Assim, os países centrais investiram na industrialização, recorrendo à energias fósseis e ao trabalho assalariado.

Após a segunda metade do século XX ocorreram profundas mudanças. Em 1960 já era possível deslocar-se a 1.100 km/h. A industrialização de alguns países periféricos acelerou-se, desde então, “muitos países do Terceiro Mundo não são apenas usados como ilhas de sintropia, mas incluídos no sistema fordista” (Altvater, 1995, p.184), garantido pela transferência de parcelas do processo produtivo pouco exigentes em relação a tecnologia e qualificação. Esta industrialização expressava as características do regime de acumulação²⁵ fordista, iniciado nos EUA, na primeira metade do século XX, o qual teve como premissa básica, a produção em massa e o consumo em massa. Para tanto, conservou os princípios do Taylorismo, caracterizados pelo aumento da produtividade do trabalho através da decomposição de cada processo de trabalho, pela organização das tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo.

Essas idéias imprimiram as marcas do regime de acumulação fordista, garantido pela disciplina do trabalhador desenvolvida pela rigidez do poder corporativo. A partir dos anos 1970 inicia-se a transição para o regime de acumulação flexível, caracterizado pelo “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (Harvey, 1995, p.140).

Em outras palavras, o regime de acumulação flexível caracteriza-se basicamente pela inovação tecnológica, pela destruição e reconstrução acelerada das habilidades dos trabalhadores e pela redefinição da Divisão Internacional do Trabalho.

Não significa dizer que a tendência clássica tenha sido superada e substituída por

²⁵ “Um regime de acumulação descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre o consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados”(Harvey, 1993, p. 117).

completo. Constata-se que a nova Divisão Internacional do Trabalho não acontece explicitamente entre países, mas sim, entre determinados pontos, ou regiões do globo inteiro. Esta conforma-se na forma de redes e em alguns lugares instalam-se os nós das mesmas, expressos pela verticalidade.²⁶ Segundo Altvater (1995, p.65/66) “as linhas demarcatórias (...) entre desenvolvimento e subdesenvolvimento já não coincidem com as fronteiras nacionais, (...) existem setores moderníssimos em países pouco desenvolvidos e, inversamente, regiões pobres e atrasadas em sociedades nacionais modernas a de elevado desenvolvimento”. Neste contexto agem os atores globais, os capitais são apátridas. A conquista do espaço “global” já não acontece por invasão ou por ataques bélicos, mas sim, por intervenções em determinadas regiões do globo a partir de interesses econômicos. Junto a este processo, uma parcela da sociedade desenvolve a sensação de perda de esperanças, pois a atuação das forças globais tendem a corroer a relação da sociedade com seu território.

Dentro deste contexto surge uma resposta criativa a esta situação, na qual as territorialidades dos fenômenos e das ações políticas adquirem importância cada vez maior, expressos pela dimensão da horizontalidade²⁷ do processo.

O esquema abaixo representa as duas vertentes da sustentabilidade.

SUSTENTABILIDADE PARA OS ATORES HEGEMÔNICOS

- Localismo globalizado
- Dimensão vertical do processo
(Redes)
- Atores globais

SUSTENTABILIDADE PARA AS COMUNIDADES REGIONAIS

- Desenvolvimento Regional
 - Dimensão horizontal do processo
(Regiões contíguas)
 - Atores locais, regionais
- “*Subordinação*”, *perda de esperanças* - Participação, planejamento e
(um mundo determinado por forças externas). execução conjunta.(reação

²⁶ Verticalidade significa “pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia” (Santos, 1997, p. 225).

²⁷ Horizontalidades “são extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região”(Ibid.).

como possibilidade).

Esta é uma forma possível de se visualizar as duas forças em jogo e que se contrapõe na configuração da realidade do processo de desenvolvimento. De um lado, assiste-se à retórica e à prática dos atores hegemônicos, as grandes corporações transnacionais, que muitas vezes recebem apoio de governantes, os quais embarcam na esteira da globalização, ou “na submissão ao capital mundial” (Thielen, 1998, p.89). Para esses, o que importa são os locais que lhes dêem certas vantagens financeiras. É o processo de verticalização do território, onde grandes corporações funcionam através de redes.

As gigantescas transnacionais podem metaforicamente ser comparadas a um polvo gigante, cujos tentáculos se estendem sobre os territórios, nós da rede, que lhes interessam. Essa é a rede que representa a sustentabilidade para os atores hegemônicos, expressa através da verticalidade. Nesta concepção prioriza-se o desenvolvimento exógeno.

A territorialidade verticalizada atende aos interesses dos atores globais. Inevitavelmente, acarreta uma maior concentração da riqueza e do poder de decisões. A concentração da riqueza é promovida pelo maciço emprego de tecnologia, como a robótica e a automação, que retira grandes contingentes humanos do processo produtivo. A verticalidade também expressa a volatilização do capital em regiões virtuais.²⁸ Atualmente, grande parte do capital mundial está deslocado da base produtiva, ele está investido em bancos internacionais, onde dinheiro gera dinheiro. Já não é mais a produção o principal alvo de investimentos.

No contexto da verticalidade a premissa básica são os megainvestimentos, nas grandes corporações financeiras e produtivas. Concorde-se que “a busca de mais-valia em nível global faz com que a sede primeira do impulso produtivo (que é também o destrutivo) seja apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e também ambientais” (Santos, 1997, p. 202), haja vista a falta de vínculo, de identidade dessas

²⁸ Virtual, para Pierre Lévy (1996) significa o estar não estando. No entanto pode ter duas interpretações. O não estar, estando, no que se refere às corporações no sentido do não enraizamento territorial e social dessas megaempresas, como também pode ser definido como o potencial existente, mas ainda não manifestado de uma região.

corporações com o território onde se instalam. Com o decorrer do tempo os capitais materiais, econômicos e os voláteis podem aumentar, ao mesmo tempo em que a “sociedade local se descapitaliza” (Ibid.) sem entender por que está cada vez mais pobre. Ao obedecer a uma lógica exógena, com interesses distantes do local, o território torna-se alvo de destruição das raízes culturais e do meio ambiente. Aqui são as forças centrífugas, vindas de fora que atuam como desestruturadoras do local. Dessa maneira tendem a desintegrar a coesão horizontal, os atores locais vão perdendo a possibilidade de atuar nas decisões sobre o desenvolvimento local, pois o comando está distante.

Por outro lado, não menos que uma criação e contradição da globalização, regionaliza-se o social. Nesse contexto, assiste-se à necessidade da integração horizontal numa perspectiva social e territorial, na qual os atores do desenvolvimento sustentável são as comunidades locais e regionais que buscam, através da participação, planejamento e execução conjunta, o desenvolvimento regional sustentável. Para estes atores a dimensão da horizontalidade do processo adquire uma conotação de espaço vital. Segundo Santos, horizontalidades são “extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região” (Santos, 1997, p. 225).

Neste caso agem as forças centrípetas, que são forças de agregação e de coesão de solidariedade entre os espaços contíguos. Em grande parte dos territórios essas duas forças e dimensões agem simultaneamente. Desta forma, as forças centrípetas devem permanentemente ser estimuladas. Nesta dimensão de forças pode-se agregar a constituição de um projeto político amparado no capital sinérgico (Boisier, 1998). Mesmo que a grande tendência seja a exacerbação do poder²⁹ dos atores globais de enfraquecer as fronteiras territoriais, faz-se necessário apostar no lugar.

“Lugar é (...) onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças a ocorrência, na contigüidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa” (Santos, 1997, p. 215).

O acontecer solidário expressa-se no respeito às diferenças, na formação de contigüidades funcionais através das técnicas modernas e na promoção do intercâmbio

²⁹ Para Milton Santos poder é a “capacidade de uma organização para controlar os recursos necessários ao funcionamento de uma outra organização” (Santos, 1997, p. 216).

geograficamente próximo.

Há cem anos Ratzel via a importância da agregação, da coesão e da solidariedade entre os espaços contíguos.

“O Estado não é, para nós, um organismo meramente porque ele representa uma união do povo vivo com o solo[Boden] imóvel, mas porque essa união se consolida tão intensamente através da interação que ambos se tornam um só e não podem mais ser pensados separadamente sem que a vida venha a se evadir. Exclusivamente o solo [Boden] dá coerência material a um Estado, vindo daí a forte inclinação sobretudo da organização política de naquele se apoiar, como se ele pudesse forçar os homens, que de toda sorte permanecerem separados, a uma coesão. Quanto maior for a possibilidade de fragmentação, tanto mais importante se torna o solo [Boden], que significa tanto o fundamento coerente do Estado quanto o único testemunho palpável e indestrutível de sua unidade” (Ratzel, *apud* Souza, 1995, p.85).

Os interesses da época a esse respeito remetiam-se à necessidade de unir os territórios contíguos para a formação do Estado. Verifica-se a importância atribuída ao solo como fundamento concreto entre o povo e a organização política, defendendo a tese, na qual a organização política apoiada no “solo” poderia forçar a integração entre os homens que ainda se mantinham separados do processo de consolidação da territorialidade Estado/nação.

Também, faz-se necessário registrar que em muitos textos Ratzel usava a expressão solo como sinônimo de território. Recorrendo-se a Costa (1992), percebe-se que uma preocupação constante em Ratzel era a de promover a coesão social interna do território alemão, pois percebia as desvantagens que a desarticulação traria frente à economia mundial. Referindo-se à análise da Geografia Política, o autor constatou que Ratzel também se preocupou com o desenvolvimento desigual das regiões, centro-periferia. Segundo Ratzel o “comércio internacional trabalharia no sentido de transformar a terra inteira num vasto organismo econômico onde povos e regiões não são mais que órgãos subordinados, cujos fluxos principais convergem cada vez mais para Londres” (Ibid, p. 35).

Justifica-se, assim, o resgate de seus escritos, no intuito de vislumbrar movimentos de resistência à globalização homogeneizadora, o caso da regionalização na perspectiva do espaço vital.

4.3 Região e contigüidade territorial

Entre os atores que visam um desenvolvimento sustentável voltado para a minimização dos graves problemas sociais e ambientais existentes na atualidade, a região tem-se apresentado como a dimensão necessária da gestão territorial. Região remete-nos a uma concepção de diferença, ou de uma área territorial que se distingue de outras em termos físicos, sociais, econômicos, culturais etc. Esta fundamenta-se pelo domínio histórico de uma coletividade humana, conforme Heidrich (1999). Para Santos (1997), a região é um subespaço, o qual se configura por meio de processos orgânicos, expressos pela territorialidade de um grupo, na qual a diferença, a relação direta com o entorno e a solidariedade são características. Ao resgatar o conceito de território, conseqüentemente, pode-se resgatar o de região, pois região é uma territorialidade instituída a partir do uso que uma ou mais comunidades fazem do espaço apropriado.

No entanto, entende-se que nos dias atuais a tendência é a da homogeneização do espaço, conformada pela expansão do capital globalizado. Dessa forma, as diferenças regionais foram/vão sendo eliminadas dando lugar às forças globais, que tendem a igualar os espaços onde atuam. Mas, precisamente neste momento, a região não pode deixar de ser considerada. Desta maneira, faz-se necessário reacender as forças que movem a criação da região, pois muitas já foram erodidas pelas intervenções globais, perdendo suas marcas.

Na trilha do novo caminho a ser percorrido em busca do desenvolvimento regional sustentável, será importante resgatar o papel de algumas formas de capital intangível, não materiais, as quais atuam no processo de desenvolvimento, gerando o capital sinérgico. Segundo Boisier (1998), dentro de uma sociedade organizada existe

um potencial latente: o capital sinérgico, entendido como “(...) a capacidade social (...) de promover ações em conjunto, dirigidas com finalidades coletivas e democraticamente aceitas” (p. 06). O capital sinérgico resulta da articulação e do esforço simultâneo de nove formas de capital, articulados pela sinergia. A saber: os recursos financeiros, (capital econômico); o conhecimento, a ciência e a tecnologia endógena, (capital cognitivo); o estímulo para construir a região, (capital simbólico); a sintonia da cultura local com o desenvolvimento, (capital cultural); as instituições políticas e privadas, (capital institucional); os pensamentos e ações que motivem a idéia de fazer da região um sonho comum, (capital psicossocial); a confiança no grupo, (capital social); a confiança nos assuntos públicos, (capital cívico); o conhecimento e habilidades dos indivíduos, (capital humano). Ainda, segundo o autor, o capital sinérgico é um estoque de grande magnitude em qualquer território e tempo, que pode receber fluxos de energia que aumentam esse estoque e do qual fluem outros fluxos de energias dirigidos precisamente a articular as nove forças. Este registro vem ao encontro das constatações de Boff (1999), o qual não enumera a quantidade de forças, mas diz que sinergia é a “interação de todas as energias em presença, em vista da manutenção de cada ecossistema e dos indivíduos que a ela pertencem”(p.198). Portanto, torna-se necessário agregar no processo de desenvolvimento a articulação de forças não materiais existentes no território, capazes de promover o desenvolvimento sustentável ao mesmo tempo em que se constrói a região.

Segundo Etges (1998),

“Uma região, para que exista de fato, tem que ser construída socialmente a partir de laços comuns, de traços de identidade que se expressam no âmbito do cultural, do econômico e do político, que permitam vislumbrar desafios comuns à comunidade envolvida. Construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização” (Etges, 1998, p.3).

Significa dizer que as regiões vão sendo construídas pela ação da sociedade sobre um determinado território. Isso significa que a definição de uma região não se restringe à questão natural ou social, mas sim na formação, construída historicamente pela sociedade a partir de sua relação cultural, econômica e política com o território.

O sentimento de pertencimento deve ser fundamental para a transformação da

sociedade por ora, em geral passiva, reprodutora do atual sistema, em uma sociedade “organizada, coesa, consciente de sua identidade, capaz de mobilizar-se em torno de projetos políticos comuns, ou seja, capaz de transformar-se em sujeito do seu próprio desenvolvimento” (Etges, 1998, p.3). Nessa ótica a região pode ser vista como sujeito capaz de mobilizar-se e de promover o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, a proposta do desenvolvimento regional sustentável surge como resposta do envolvimento da comunidade no processo de desenvolvimento, expressando-se na contigüidade territorial, na coesão de forças. Boisier, (1996) define Desenvolvimento Regional como “um processo localizado de mudança social sustentado, que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade como um todo e de cada indivíduo presente nela”(p.35).

É neste contexto da região expressa pela contigüidade territorial que se resgatou a noção de espaço vital, entendido como o espaço necessário, em termos de matéria e energia, para garantir a reprodução social dos indivíduos que vivem e se movimentam sobre ele. Dessa forma, precisa ser defendido contra as forças que corroem a coesão sócio-territorial e ambiental. Neste sentido a região apresenta-se como possibilidade de vislumbrar o desenvolvimento sustentável.

Imbuir as unidades regionais da capacidade de uma autogestão participativa, priorizando à população o acesso à educação de boa qualidade, à produção de ciência e tecnologia local, à criação de empreendimentos locais, entre outros, que a comunidade regional decidir, parece-nos imprescindível face à crise (necessidade de mudanças) que vivenciamos nos dias atuais. Para Milton Santos, os lugares se caracterizam em função das diferenças de informações neles contidas, estas por seu turno caracterizam-se como elos de conexão para geração de ciência e tecnologia regional. As informações endógenas precisam emergir, pois geralmente as informações locais costumam ser levantadas e coletadas por grupos que vivem fora dela, por isso a comunidade não se envolve e não dispõe de informações suficientes sobre o próprio lugar em que vive. Para tanto, destaca-se a necessidade de ampliar o conhecimento, visando à capacidade de flexibilização ou adaptação frente a nova realidade.

“A estratégia de desenvolvimento local se baseia em uma aproximação territorial do desenvolvimento regional e entende que a história produtiva de cada localidade e os recursos locais condicionam o processo de crescimento. Por isso para se desenvolver, uma localidade tem que recorrer, além dos fatores externos, aos fatores endógenos desse território” (Barquero, apud Mattos 1997, p. 113).

Dessa forma, nota-se que o conhecimento do local é importante para poder transformá-lo. Isso não significa recorrer ao localismo extremo, mas buscar um desenvolvimento desejado/desejável para uma sociedade, partindo-se do desenvolvimento endógeno, isto é, “baseado na autonomia das decisões da população que o empreende, contando com suas próprias forças, à procura de modelos apropriados a cada contexto histórico, cultural e ecológico” (Revere, 1992, p.88)

Entende-se que para isso, existe a necessidade de resgatar o potencial humano, a valorização da condição de cidadão, que vive ou “sobrevive” em determinado território para que ele possa tornar-se o agente transformador.

“Somente por meio da participação cada vez mais qualificada dos cidadãos no planejamento e na ação conjunta em torno de estratégias comuns em nível regional é que se pode vislumbrar o novo, expressão do compromisso e do anseio dos que até então não tinham voz e não eram ouvidos” (Etges, 1998, p.3).

É aí que Santos (1997) enfatiza a necessidade de pensar o desenvolvimento a partir do território, não no sentido físico, mas daquele qualificado pelo uso social.

Diante da lógica da globalização econômica imposta pela “competitividade” das grandes corporações supranacionais, cujo objetivo principal é o lucro, o território passa a ter sua importância reduzida. Estas grandes corporações não possuem um vínculo concreto com a sociedade e o território onde se instalam. Por isso,

“a gestão territorial se torna difícil, senão impossível, porque o comando das atividades é distante. Não há relação da empresa com aquele pedaço de território onde ela está instalada, com a sociedade e com a economia local (...) seu papel é gerar mais competitividade. Ela não se inscreve na escala dos homens, e sim das cifras (...) a presença de uma grande empresa numa cidade média condiciona o comportamento do resto do município” (Santos, 1997, p.13).

Pensar no desenvolvimento com base local significa inserir-se no contexto do novo paradigma do processo de desenvolvimento, levando em consideração o território e os homens que nele habitam como instância primordial para a solução dos problemas sociais, econômicos, ambientais e o exercício da cidadania e entendendo-o como o espaço vital para um desenvolvimento sustentável.

O Conselho da Comunidade Solidária³⁰ elenca várias razões para se investir na capacidade do desenvolvimento local integrado. Dentre elas destacam-se:

- Estuda a região, problemas possibilidades e vocações.
- Tem como “filosofia” o envolvimento de todos, o mais amplamente possível.
- É um processo de gestão participativa do desenvolvimento.
- Aponta para o ordenamento regional onde, a partir de iniciativas locais endógenas, se encontrem alternativas para os problemas econômicos, sociais e ambientais.
- Significa o fomento de formas associativas de pequenos empreendimentos como motor da integração econômica.
- A comunidade tem um grande potencial, e com alguns mecanismos e estímulos se pode desencadear um rico processo de desenvolvimento.

Diante desta realidade, urge que as comunidades locais tomem consciência da nova “geografia da gestão territorial” onde, através do exercício da cidadania, possam garantir um desenvolvimento com equidade social, ambiental, econômica e política. Conhecimento do local, articulação, descentralização, parceria e participação carecem de um cidadão comprometido com o processo de desenvolvimento local. Através desses parâmetros, o local torna-se um gestor das políticas públicas, de forma descentralizada, sem no entanto desmerecer a importância do Estado/nação. Segundo Souza,

“a perspectiva do desenvolvimento sócio-espacial não autoriza a extração de receitas de desenvolvimento a partir da análise de problemas envolvendo culturas distintas daquelas do próprio analista; a elaboração de “soluções”, a definição de prioridades etc é algo que compete, em última instância, à própria coletividade envolvida, cabendo ao pesquisador, no máximo, o

³⁰ Documento de Consulta do Conselho da Comunidade Solidária. Desenvolvimento Local Integrado. Oitava Rodada de Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária. Brasília, mar./1998.

papel de interlocutor, nunca o de “chefe planejador” ou “consultor-dono-da-verdade”. Por isso uma teoria do desenvolvimento sócio-espacial é uma teoria aberta (...) descentralizadora” (1996, p.18).

No caso da agricultura dos países ou regiões que atendem a uma lógica externa há séculos, (promovendo o seu próprio subdesenvolvimento através da desestruturação agrícola e agrária, por estarem submetidos a interesses outros que não os locais), faz-se necessário que as comunidades envolvidas busquem mais autonomia através da sua organização e produção. Nesse sentido, “a tendência é solicitar modelos que promovam a descentralização em detrimento das estratégias centrais, privilegiando a autogestão e o autocontrole das comunidades rurais mais do que a intervenção de especialistas externos” (Neto, 1997, p.30).

“Na atualidade, e talvez para preencher as lacunas do modelo exógeno de desenvolvimento, a concepção endógena tem se afirmado como idéia forte (...) o desenvolvimento endógeno é antes de tudo caracterizado como um contraste idealizado dos modelos e processos vigentes (...) é localmente definido enquanto o desenvolvimento exógeno é determinado externamente e transplantado para certos lugares (...) a modalidade endógena respeita os valores locais, que, em geral não são levados em consideração na maioria dos projetos” (Almeida, 1997, p.37-38).

O autor constata que o desenvolvimento não pode se “espelhar” exclusivamente no local ou nos recursos externos. Acredita que “na prática e ao longo do processo da implementação de um projeto é estabelecido um equilíbrio entre os elementos internos e externos” (Ibid., p. 38). Portanto, faz-se necessário conhecer e potencializar as forças locais, avançando para uma integração horizontal visando o desenvolvimento regional sustentável, onde a região possa tornar-se o sujeito principal, compreendido como o espaço vital deste processo.

Segundo Boisier (1998), o primado do crescimento econômico não satisfaz as perspectivas de desenvolvimento sustentável. E essa perspectiva está politicamente enraizada no Estado, por isso acredita na necessidade de uma descentralização político/territorial, onde se levará em conta o desenvolvimento social e para isso a

região é a categoria recomendada. O crescimento econômico visto como primeiro fator de desenvolvimento atende a interesses exógenos, enquanto que o “verdadeiro” desenvolvimento é de caráter endógeno. Já vem de alguns anos a crença de que desenvolvimento significa crescimento material. Desta forma, “confunde-se o desenvolvimento com mais objetos materiais (mais casas, mais estradas, mais escolas, mais áreas de tal ou qual cultivo) e raras vezes se admite que o que interessa é mudar e melhorar situações e processos” (Ibid., p.4).

Entende-se que para transformar situações e processos de desenvolvimento necessita-se de uma participação da sociedade civil organizada, para que desta forma promova o conhecimento e a consciência na tomada de decisões coletivas num dado território.

Essa nova geografia da gestão territorial, com base no local ou na região, vem despertando muitos países de vários continentes nos últimos anos. Por esse motivo, aliada à globalização e ao destino do Estado/nação, a geografia política vem ganhando um renovado interesse desde os anos 70. “No âmago desse renascimento está a preocupação acerca do caráter subjacente da vida política moderna e a maneira pela qual o espaço é importante para como a política é estabelecida e praticada (Smith, 1996, p.65).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas o debate sobre os graves problemas ambientais efetivaram a constatação da inviabilidade do modelo de desenvolvimento que prima pelo progresso/crescimento a qualquer custo. Neste modelo, enraizado nos princípios da modernidade, o caráter utilitarista e prático da natureza destacou-se sobremaneira. A natureza transformou-se em recursos e, estes por seu turno, em mercadorias. Esta lógica sustenta a degradação do meio ambiente, a exclusão de parcelas da sociedade do acesso democrático às riquezas. Tal caracterização fundamenta uma estratégia de desenvolvimento altamente entrópica, pois gera uma degradação/desordem ambiental e

social.

A discussão desta concepção parece estar na ordem do dia. As críticas fundamentam-se na idéia de progresso linear, no qual as sociedades alcançariam melhores condições sociais e econômicas advindas do processo de industrialização e urbanização. Tais conquistas embasavam-se/embasam-se em projetos futuros, sob uma ótica economicista, generalizante. Assim sendo, este projeto emergiu para a categoria global, porém não envolvendo a todos, fragmentou-se o social. O modelo de desenvolvimento pautado em teorias generalizantes, totalizantes que tendem a “uniformizar” o planeta num único modelo de desenvolvimento, está em pleno processo e, ao mesmo tempo, em descrédito.

Frente a esta constatação surge a proposição do desenvolvimento sustentável, o qual é aceito unanimemente entre os diferentes atores sociais. Todavia, o desenvolvimento sustentável pressupõe mudança, transformação dos atuais padrões de desenvolvimento, bem como o resgate da dignidade humana e a proteção dos espaços de vida. O homem, ou uma coletividade de indivíduos, vive, movimenta-se sobre o espaço, dele retira seu sustento e estabelece relações. Esta constatação justifica a premissa na qual o espaço é vital para a reprodução da vida e seu desenvolvimento.

Entende-se que a busca do desenvolvimento sustentável deverá ter como fundamento um novo paradigma, expresso por um projeto político fundamentado no território, pois este é um espaço que existe concretamente enquanto ocupado e trabalhado por uma coletividade de indivíduos que fazem uso do mesmo, homens, mulheres, pobres, ricos, brancos, negros, animais, vegetais, enfim, pensar a partir do território é não excluir ninguém, como já disse Milton Santos. É a partir do território onde estão inseridos, que os próprios cidadãos se tornarão os agentes do desenvolvimento. São exatamente eles, no entanto, os maiores prejudicados com o sistema vigente.

Segundo alguns cientistas sociais, no mundo inteiro já estão difundindo-se novas possibilidades de desenvolvimento. São, porém, experiências em “pequenas” comunidades. Estes acreditam que é daí que surgirá o novo, e principalmente nas

comunidades mais pobres. Parece infrutífero, mas a esperança está nos pobres, naqueles que não tem mais nada a perder. E, diga-se de passagem, hoje encontram-se neste patamar praticamente dois terços da humanidade. Conforme Boff (1998), as mudanças estruturais não bastam, é preciso acreditar em revoluções moleculares³¹, isto é, em grupos ou comunidades interessadas.

Para esse grande desafio, há necessidade de resposta criativa da sociedade, que induza a mesma a incluir-se no novo paradigma de desenvolvimento, que tem como perspectiva o comunitarismo, o local, e o regional. Tais escalas merecem consideração em função da amplitude dos problemas, apoiando-se na idéia de diminuir os desequilíbrios sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos. Visando a partir disto, a articulação de todas as escalas.

Contudo, o território é um lugar de diferentes possibilidades de disputa pelo controle da territorialidade instituída, ou seja, no interior do território existem conflitos, disputas pela implementação de projetos políticos entre os diferentes atores do desenvolvimento. De um lado estão os que defendem os projetos de alcance global. E de outro, estão os que defendem a garantia de inclusão no próprio espaço onde vivem, que se expressa na questão do trabalho e da moradia por exemplo. Diante desta constatação, entende-se que a participação dos diferentes atores sociais nas discussões e criações de projetos torna-se imprescindível, pois o território reserva diferentes formas de desenvolvimento. Assim sendo, cada comunidade, local ou região deverá fazer o levantamento de suas possibilidades e vocações, pois entendido como espaço vital, o território é antes de mais nada, um “(...) produto social que é, a um só tempo, suporte para a vida em sociedade e um condicionador de projetos humanos; um referencial simbólico e efetivo e, também, para a organização política, além de ser uma arena de lutas e uma fonte de recursos” (Froehlich, 1999, p.10).

No contexto da globalização, expressa pelas redes que tendem a desestruturar e a desconsiderar a coesão territorial, faz-se necessário a ressurgência do território: o local, a região, pois no território todos estão incluídos. Porém os indivíduos e a sociedade

³¹ Boff (1998, p. 74) diz que “como as moléculas, a menor porção da matéria viva, garantem a sua vida pela relação e articulação com outras moléculas e com o meio ambiente, de forma semelhante, as revoluções devem começar nos grupos e nas comunidades interessadas em transformações”.

deverão ser parte integrante na elaboração e execução de projetos políticos, motivados pelo capital sinérgico local e regional, percebendo assim o importante papel das variáveis não materiais e não econômicas no processo de identidade local. Desta forma a região converte-se no espaço vital, no sujeito do desenvolvimento sustentável. É neste espaço que se pode galgar ao desenvolvimento sustentável, no qual a participação é fundamental. Entendendo que deste espaço (em termos de matéria e energia) todos dependem para viver e, deste também dependerão as gerações futuras.

Neste contexto se propôs o retorno ao espaço, mais precisamente ao território. “(...) o espaço passa hoje a desempenhar um papel crucial para se pensar o desenvolvimento, pois a própria sociedade só é concreta com o espaço, sobre o espaço, no espaço” (Frohlich, 1999, p.15). Entende-se que pensar o desenvolvimento a partir do território significa pensar num processo de desenvolvimento que vise atenuar os desequilíbrios sociais, bem como os ambientais. Todos os seres humanos vivem sobre um determinado território, mesmo que em suas “mentes estejam tão desterritorializados quanto se possa imaginar” (Guattari, 1990). Durante séculos os “construtos ideológicos” (Hobsbawm, 1992) forçaram o homem ou as coletividades humanas a desenraizarem-se do solo, e a asfixiarem suas culturas sob o rótulo de um desenvolvimento econômico projetado para o futuro.

Negligenciando o conjunto da sociedade, ao consolidar o domínio territorial, (no interior do Estado-nação), as elites avançaram para uma integração globalizada, expressa nas redes, pelas quais circulam os fluxos de matéria e de informação. Neste contexto surgem como expressão de reação à globalização algumas coletividades humanas que buscam identificar-se na diferença, ou seja, buscam agarrar-se ao território, para garantir o espaço vital necessário para todos.

Urge que a solidariedade entre as territorialidades instituídas, torne-se uma premissa básica para o desenvolvimento, na qual a prioridade seja a qualidade de vida de todos os indivíduos ou grupos que conformam a territorialidade, na qual a região é a categoria recomendada. O verdadeiro desenvolvimento sustentável somente ocorrerá de fato quando os desequilíbrios sociais, ambientais e espaciais forem suplantados.

A partir do exposto, o território, definido a partir do uso e entendido como a autonomia de uma coletividade, pode converter-se em sujeito do seu próprio desenvolvimento, isto é, deve ser compreendido como um todo que pensa e define conjuntamente o que é melhor para si. Reforça-se a idéia de que para isso será necessário criar espaços democráticos, de troca, de interação de informações, nos quais os cidadãos possam reunir-se e discutir o que sonham, o que querem, o que é possível fazer e como fazer. Com a globalização, o pensar “globalmente” poderia criar um mundo mais solidário. Conforme Morin, a humanidade poderia tornar-se mais solidária tomando consciência do destino comum por intermédio dos meios de comunicação:

“A união planetária é uma exigência racional mínima para um mundo estreitado e interdependente (...), mas essa união possível parece impossível por necessitar de muitas transformações nas estruturas mentais, sociais, econômicas, nacionais (...). Assim, possível é impossível e vivemos num mundo impossível em que é impossível atingir a solução possível (...) não basta fazer promessas, ter desejos e projetos. Seriam necessárias tantas reformas simultâneas, convergentes que precisamente isso não parece possível, dada a enormidade das forças contrárias” (Morin, 1995, p. 137-8).

Entende-se que, de “imediate”, a sustentabilidade é uma possibilidade impossível, em escala planetária. Entretanto, como nos disse Capra (1982), durante o processo de evolução cultural o declínio da cultura vigente é marcado pela perda de flexibilidade, na qual certos grupos dominantes persistem com suas idéias antiquadas, mudando apenas os meios para conquistar seus objetivos, conservando os princípios e os fins. Por outro lado, grupos minoritários vão criando uma nova estrutura de projetos de desenvolvimento, os quais levam em consideração outros fatores com novas oportunidades ou possibilidades de inclusão de todos para a criação de uma nova sociedade.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOT, Pascal. O Brasil e a constituição da Ecologia científica no século XIX. In: *Ciência e Ambiente*. Santa Maria: UFSM, n.13, p.7-14, jul./dez. 1996.

ADAS, Melhem. *Geografia da América*. São Paulo: Moderna, 1982, p.324-326.

ALMEIDA, J. A., BLÓS, W. Turismo e Desenvolvimento em espaço rural. Uma abordagem regional. *Ciência e Ambiente*. Santa Maria: UFSM, n. 15, p.31-49, Jul. 1997.

ALTVATER, E. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial*. São Paulo: UNESP, 1995. 333p.

ANDRADE, Manuel c. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS. M., SOUZA, M., SILVEIRA, M. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 213-220.

BECKER, Bertha. K. *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. 494 p.

_____. Apresentação da revista Território. In: _____. et al. *Revista do Departamento de Geografia – UFRJ*, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, jul./dez. 1996.

BÍBLIA. Gênesis. Português. Bíblia Sagrada. Tradução pelo Centro Bíblico Católico. São Paulo: Ave Maria Ltda, 1982, p.50.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, 360p.

BOBBIO, Norberto. *Estado governo sociedade*. Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

BOFF, Leonardo. *Nova Era: A civilização planetária*. São Paulo: Ática, 1998, 87p.

_____. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1999. 341p.

_____. *Saber Cuidar: ética do humano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. 199 p.

BOISIER, Sergio. Modernidad y Territorio. *Cuadernos del Ilpes*, Santiago del Chile, 1996. 129 p.

_____. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. In: III Seminário Nacional Sobre Desenvolvimento Regional: *Gestão Regional e Globalização*, 1998, Santa Cruz do Sul, versão preliminar. 21 p.

BRANCO, Samuel M. *Ecossistêmica: Uma abordagem integrada dos problemas do Meio Ambiente*. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 1989. 141p.

CAPEL, H., URTEAGA I. *Las Nuevas Geografías*. Aula Abierta Salvat. s/d.

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982. 445 p.

_____. *A Teia da Vida*. São Paulo: Cultrix, 1996. 256 p.

CARVALHO, Marcos B. de. *Ratzel: Releituras Contemporâneas. Uma Reabilitação?* Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, nº 25, p. 1-20, abr. 1997. Acessado em 13 de nov. de 1998,

<http://www.ub.es/geocrit/b3w-25.htm>

_____. *Diálogos Entre as Ciências Sociais: Um Legado Intelectual de Friedrich Ratzel (1844-1904)*. Revista Eletrônica da AGB- Nacional, São Paulo, vol. 1, p. 1-31, junho de 1998. Acessado em 17 de junho de 1998. <http://www.prudente.unesp.br/agb-nac/art04.htm>

_____. *Da Antropogeografia do Final do Século XIX aos Desafios Transdisciplinares de Final do Século XX: O Debate Sobre as Abordagens Integrada da Natureza e da Cultura nas Ciências Sociais*, São Paulo: 1998, 350 p. Tese de Doutorado (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

CAVALCANTI, Clóvis. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas públicas*. São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997. 436 p.

CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1997. 440 p.

CLEVELAND, C.J., RUTH, M. Capital humano, capital natural e limites biofísicos no processo econômico. In: CAVALCANTI, C. (Org.) *Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997. p. 131-164.

CMMA. *Nosso Futuro Comum. 2. Ed.* Rio de Janeiro: FGV, 1991. 430 p.

CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA. *Desenvolvimento Local Integrado*. Oitava Rodada de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária. Brasília, mar. 1998. 15 p.

CORRÊA, Gilberto K. *Energia & Fome*. São Paulo: Ática, *Série Princípios*, 1987.

CORRÊA, Roberto L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In. SANTOS. M., SOUZA, M., SILVEIRA, M. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 251-256.

_____. Espaço um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, I., GOMES, P.C.C, CORRÊA, R. L, *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47.

- COSTA, Wanderlei Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: Discurso sobre o Território e o Poder*. São Paulo: HUCITEC: editora da universidade de São Paulo, 1992. 374 p.
- COSTANZA, Robert. Economia ecológica: uma agenda de pesquisa. In: MAY, H., MOTTA, R. S. (Org.) *Valorando a natureza*. Rio de Janeiro: Campus, 1994, p. 111-137.
- DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Nupaub/USP, 1994.
- EMMERMANN, Rolf. *Pesquisa Geológica em Potsdam: Saber o que Ocorre no Âmago da Terra*. Revista Deutschland, nº 2, abril de 1998.
- ETGES, Virgínia E. O papel da região na era da globalização. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 27/28 jun. 1998. Guia sócio-econômico, p. 3.
- _____. Planejamento Regional & Desenvolvimento Regional: Uma análise a partir da realidade Alemã. Revista Redes, vol.5, nº 3, 2000. No prelo.
- FROEHLICH, José M. O “local” na atribuição de sentido ao desenvolvimento. Rio de Janeiro: *Textos CPDA*, nº 7, maio 1999. 17 p.
- GALEANO, Eduardo. De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 1999. 370 p.
- GANDILLAC, Maurice de. *Gêneses da modernidade*. Tradução Lúcia Cláudio Leão, Marília Pessoa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 224 p.
- GEIGER, Pedro P. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, M., SOUZA, M., SILVEIRA, M. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 233-246.
- GIANSANTI, Roberto. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Atual, *Série Meio Ambiente*, 1998.
- GONÇALVES, Carlos. V. *Encontro Nacional de Estudos Sobre o Meio Ambiente*. Florianópolis: UFSC, Curso de Pós-graduação em Geografia, 1989.

_____. *Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1993.

_____. Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável. *Terra Livre -AGB*, São Paulo, n. 11-12, p.9-76, ago. 1992/93.

GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*. Campinas: Papyrus, 1990.

GUIMARÃES, Roberto P. Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: Becker, B. *A Geografia Política Do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. *Políticas do Meio Ambiente para Desenvolvimento Sustentável: Desafios Institucionais e setoriais*. Planejamento e Políticas Públicas, n. 7, junho, 1992a.

_____. O Novo Padrão de Desenvolvimento para o Brasil: Interrelação do Desenvolvimento Industrial e agrícola com o Meio Ambiente. In: Veloso, J.R. dos R. (org.) *A Ecologia e o Novo Padrão de Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1992b. p. 19-52.

_____. Padrões de produção e padrões de consumo: Dimensões e critérios de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. In: LEROY, J. P, MAIA, K, D, GUIMARÃES, R, P. (Orgs) *Brasil Século XXI: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92*. Rio de Janeiro: ASE, 1997. p. 385-398.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993. 349p.

HEIDRICH, Álvaro L. Tendências e mudanças recentes na organização do espaço em face dos processos de reestruturação econômica global e reforma do estado. *Boletim Gaúcho de Geografia*. Porto Alegre: AGB, n. 24, p. 9-18, 1998,

_____. Região e Regionalismo: observações acerca dos vínculos entre sociedade e o território em escala regional. *Boletim Gaúcho de Geografia*. Porto Alegre: AGB, n. 25, p. 63-75, 1999.

HERCULANO, Selene C. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, Miriam. (Org) *Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico*. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 9-75.

- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 230 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 365p.
- ISNARD, Hildebert. *O Espaço Geográfico*. Coimbra, Almeida, 1982.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p.151.
- LAYRAGUES, Philippe. Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: evolução de um conceito? *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 71, p. 5-10, fev. 1997.
- LEITE, Rogério C. O Fim do Petróleo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 maio 1998. Caderno Tendências e Debates, p.3
- MACHADO, Mônica S. Geografia e Epistemologia: Um passeio pelos conceitos de Espaço, Território e Territorialidade. Rio de Janeiro: *Revista do Departamento de Geografia - UERJ*, n. 1, p.7-32, jan. 1997.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Justiça Ambiental (local e global). In: CAVALCANTI, C. (Org) *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997. p. 215-231.
- MARTINS, Luciana de Lima. *Friedrich Ratzel através de um prisma*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993, 128 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- MATTOS. Carlos A. Desenvolvimento Sustentável nos territórios da Globalização. Alternativa de sobrevivência ou Nova Utopia? In: Becker, B. *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. São Paulo: Papyrus, 1995. 257 p.
- MORAES, Antonio C.R. *Geografia : Pequena História Crítica*. São Paulo: Hucitec, 1995.138 p.

_____. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990. 199 p.

MORIN, E., KEREN, A B. *Terra - Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MOSER, Antônio. *O Problema Ecológico e suas implicações éticas*. Petrópolis: Vozes, 1983.

NETO, Severo. F. I. Da Sociologia Rural à Sociologia do Território. *Ciência e Ambiente*. Santa Maria: UFSM, n. 15, p.17-30, jul./dez.,1997.

PENTEADO, Heloísa D. *Meio Ambiente e Formação de Professores*. São Paulo: Cortez, 1994.

PÓVOA, Helion. *Radicais Livres em Patologia Humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p.13.

PRIGOGINE, Ilya. *O Fim das Certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Unesp,1996. 199 p.

RATZEL, Friedrich. 'le Sol, la Société et l'État -L'Année Sociologique, année, 13.eme 1898-1899, Paris, p.1-14.

_____. *O povo e o território*. Tradução de Antonio C. R. de Moraes. São Paulo: Ática, 1990, p. 73 – 82.

PNUD - Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, Brasília, DF, 1996.

REVERE, Emilio Lébre La. A Sociedade Tecnológica, a democracia e o planejamento. In: GOLDENBERG, Miriam. (Org.) *Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p.77-103.

RIBEIRO,W. C. & et. al. *Desenvolvimento Sustentável: Mito ou Realidade? Terra-Livre* AGB, nº 11-12, São Paulo: ago. 1992/93, p. 91-101.

SACHS, Ignacy *Desenvolvimento Sustentável*. Edições do Ibama, Brasília, p. 1-21, 1995. Acessado em 29 de jun. de 1998, <http://WWW.Ibama.Gov>

SANTOS, Milton. *Por Uma Economia Política da Cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Técnica Espaço Tempo*. Globalização e Meio Técnico Científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 190 p.

_____. Cidades na era global. *Cidades*, São Paulo, p.12-14, maio1997.

_____. *A Natureza do Espaço*. São Paulo, 1997. 308 p.

_____. *Teoria e Debate*. São Paulo, n. 40, p. 32-39, fev./mar./abr. 1999. Entrevista com José Corrêa Leite.

SMITH, Graham. Teoria Política e Geografia Humana. In: GREGORI, Derek (Org.), *Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 65-89.

SODRÉ, Nelson W. *Introdução à Geografia*. Geografia e ideologia. Rio de Janeiro: Vozes,1976. 135p.

SOUZA, Marcelo L. de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: Sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial Território, *Revista do Departamento de Geografia, UFRJ*, v.1, n.1, p. 5-19, jul./dez.1996.

_____. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I., GOMES, P.C.C, CORRÊA, R.L, *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-140

TIEZZI, Enzo. *Tempos históricos, tempos biológicos: a Terra ou a morte – os problemas da nova ecologia*. São Paulo: Nobel, 1998. 204 p.

THIELEN, Helmut. *Além da Modernidade*. Para a globalização de uma esperança conscientizada. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. 320 p.

VIOLA, Eduardo. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento Sustentável. In: GOLDENBERG, Miriam. *Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico*. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p.49-75.

VIZENTINI, Paulo. *A história do século XX*. Porto Alegre: Novo Século, 1998. 246 p.

WEBER, Max. A Política como vocação. In: Weber, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1982, p.97-153.

WEPMAN, D. Hitler. *Os Grandes Líderes do Século XX*. São Paulo: Nova Cultura. 1990, 83 p.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL - MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TECNO - AMBIENTAL

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PARADIGMA TERRITORIAL A
PARTIR DO CONCEITO DE ESPAÇO VITAL DE FRIEDRICH RATZEL -
1844 - 1904

Rosmari Terezinha Cazarotto

Santa Cruz do Sul, outubro de 2000.